

Contra Democracia

GRUPOS ANARQUISTAS COORDENADOS
(G.A.C.)



Seridó | RN
2016

Anti - Copyright



SUMÁRIO

NOTA PARA EDIÇÃO BRASILEIRA	5
APRESENTAÇÃO	7
INTRODUÇÃO	9
Por quê atacar a democracia?.....	9
A DEMOCRACIA: PERCURSO HISTÓRICO	15
O surgimento da democracia: A Grécia Antiga	16
O disparate continua: da Idade Média à revolução inglesa ...	22
O disparate se consolida: dos jovens EUA à revolução francesa.....	27
O disparate triunfa: das democracias liberais à atualidade ...	32
CRÍTICA À DEMOCRACIA ATUAL.....	38
Revisando a história do conceito democrático.....	38
Oposição à democracia.....	41
Lei de maiorias	44
Direitos.....	47
Lei eleitoral	49
Tolerância, civismo e pensamento democrático	56
Controle social, família e democracia.....	62
A especialização	68
OS ROSTOS POR TRÁS DA DEMOCRACIA.....	73
Funcionamento do sistema econômico	74

Interesses compartilhados das elites do poder	81
Alguns exemplos de quem se escondem por trás dos grandes capitais	89
Conclusão	96
DEMOCRACIAS ALTERNATIVAS.....	100
A origem da falácia.....	100
Novas definições do poder.....	103
A proposta extraparlamentar	110
Paralelismos históricos e anseios autodeterminacionistas ...	113
Conclusão	118
ALTERNATIVAS À DEMOCRACIA	120

NOTA PARA EDIÇÃO BRASILEIRA

Originalmente publicado no ano de 2013, “*Contra a democracia*” é resultado de debates que se fizeram necessários entre anarquistas sobre o contexto que visualizaram nas ruas da Espanha onde, desde 2011, têm ocorrido grandes manifestações populares contra governos e capitalismo. O esforço central é o de vencer a perspectiva estatista e de se produzir uma crítica que desconstrua o discurso ingênuo ou oportunista sobre o ‘Estado’, a ‘Democracia’ e o ‘Direito’, para que se possa avançar na construção de alternativas à organização social que ultrapassem as violentas barreiras do Estado Democrático de Direito.

É importante ressaltar que este pequeno livro trará a discussão focada na estrutura interna própria ao Estado espanhol, que difere em alguns aspectos da forma como se está organizado o Estado brasileiro. Porém, salvo as devidas particularidades, a crítica serve ao modelo globalizado de Democracia em exercício nos Estados modernos.

Além das particularidades quanto à estrutura do Estado espanhol, serão citados nomes próprios de políticos e organizações presentes na Espanha, mas em grande medida, de conhecimento universal – principalmente os que dizem respeito às empresas e grupos financeiros multinacionais.

Nos últimos anos o Estado espanhol tem-se dedicado a realizar grandes operações de perseguição ao movimento libertário – tomemos como exemplo a Operação Pandora. Neste contexto que demonstra o alcance das instituições democráticas, o presente texto é de tal importância que se tornará objeto condenado pelas autoridades, que prendem

toda pessoa que o porte (além de alguns outros títulos anarquistas e libertários), além de perseguir indivíduos e coletivos identificados como envolvidos na sua elaboração e disseminação.

No Brasil a publicação de *“Contra a democracia”* se faz oportuna nesse momento no qual assistimos a criminalização e condenação das práticas de caráter libertárias em manifestações públicas, propagadas no discurso oficial de um governo de esquerda, *que tendo seu papel de conciliação da luta de classes esgotado, perde sua importância para as classes dominantes*, e sucumbe, finalmente, sob o “golpe” – *procedimento rigorosamente dentro da lei capitalista*¹ – de seus próprios aliados, escancarando as cortinas para os bastidores do farsante espetáculo desta democracia.

tumulto

Setembro de 2016

¹ Artigo *A opinião dos marginalizados sobre a tese do “golpe” no Brasil*, publicado pela Agência de Notícias Anarquistas, em 08 de agosto de 2016. Disponível em <https://noticiasanarquistas.noblogs.org/post/2016/08/08/a-opinioao-dos-marginalizados-sobre-a-tese-do-golpe-no-brasil>.

APRESENTAÇÃO

Este monte de folhas encadernadas que tem entre as mãos supõe uma pequena contribuição dos Grupos Anarquistas Coordenados ao combate à democracia, atual e mais generalizada forma de domínio político (como principal e mais aperfeiçoada articulação do Estado), mentalidade autoritária, delegatária e submissa, e marco jurídico ideal para o desenvolvimento da economia capitalista, fonte de exploração e miséria.

Por estes motivos expostos e frente à alarmante demanda de uma mais e melhor democracia por parte de muitos setores que começam a protestar e desobedecer cada vez mais nos últimos tempos, demanda que quase sempre acarreta uma fagocitose das lutas reais e radicais, que faz já um par de anos viemos realizando uma campanha contra este aborto dominador e domesticador que supõe a democracia. Estes textos, todos eles de elaboração própria, são parte dessa campanha. Esperamos com eles contribuir modestamente com a ingente tarefa de combater ao Estado, ao capitalismo e a qualquer forma de Autoridade em busca da conquista de um mundo novo sem dominadorxs nem dominadxs, em busca da Anarquia.

Saudações rebeldes, esperamos que possa aproveitar nossa pequena contribuição.

Grupos Anarquistas Coordenados
Primavera de 2013

INTRODUÇÃO

Por quê atacar a democracia?

A democracia se justifica por alguns princípios que nem repetidos mil vezes se convertem em verdades, esta justificativa está tão interiorizada que até suas/seus opositorxs acreditam nestes princípios. A ideia da bondade deste regime inculcada no pensamento da população e sua imobilidade nos coloca frente à impossibilidade de mudança. Hoje em dia ninguém propõe outras formas organizativas, ou mesmo outras formas de viver.

A nós, filhxs da democracia, nos tem dito que este é o melhor dos regimes, nossos pais e avós viveram sob um sistema onde coação e a repressão eram mais diretas e, agora que se tem suavizado as formas, estamos obrigadxs a aceita-lo desde o nosso nascimento. Porque seremos uma geração mais pobre que a anterior, sem termos atravessado uma guerra? Pela situação que nos tem levado ao irremediável devir imposto por seu sistema.

A livre associação na que diz fundamentar-se não é tal, já que desde que nascemos estamos obrigadxs a pertencer a este regime sem a possibilidade de eleger outra forma de vida, não nos associamos livremente com as instituições de ensino

já que não é legal aprender de outra maneira, nem nos associamos livremente ao trabalho porque não controlamos o que produzimos, nem decidimos o horário, nem temos capacidade para nos organizarmos com as companheiras e companheiros.

O sufrágio universal, conceito que ao longo da história se tem sublimado como vitória por cada vez mais partes da população, põe em questão a si mesmo. Sempre se disse que o voto é livre quando na realidade é uma eleição limitada, porque a consciência não é livre, está condicionada à propaganda do regime imperante e a cultura protegida pelos grupos de poder. Também nega a liberdade no sentido de que se resume a opinar *sim* ou *não*, ou que partido nos governará, negando a possibilidade de desenvolver outras propostas de convivência. E porquê é anônimo, não há liberdade de expressão?

Na democracia deixamos nossos interesses, a satisfação de nossas necessidades e a organização das relações humanas e da vida nas mãos de outxs. Através do voto elegemos aqueles que supostamente podem melhor representar nossos interesses, mas aqui chocamos com a realidade: os partidos políticos defendem seus próprios interesses de acordo com as normas por eles mesmos estabelecidas, buscam acumular cotas de poder político e econômico para

manter seu domínio e influência sobre o restante da sociedade.

A crítica aos políticos já é quase universal, a confiança na justiça não existe e sua utilização é somente a prova da incapacidade pessoal e coletiva de resolver os conflitos, de sua incapacidade de convencer. As leis têm claramente intenções econômicas, com seu afã arrecadador, como são as multas, ou a reforma trabalhista, ou diretamente a própria organização econômica da sociedade, enquanto ao mesmo tempo se exerce um trabalho repressivo tolhendo liberdades que supostamente elas dizem defender (associação, imprensa, reunião...) enquanto cada vez mais amplia a ameaça de prisão (último código de circulação...).

Desta maneira nos converte de seres humanos a cidadãos e cidadãos (ou consumidorxs, ou usuárixs, ou clientes ... segundo o âmbito da vida no qual nos encontramos) impondo-nos alguns direitos e obrigações de acordo com a dita denominação e, portanto, relegando-nos ao caráter de mercadoria política.

O fundamentalismo democrático não só se impõe dentro dos territórios que domina, posto que o capitalismo para perdurar necessita expandir-se, e o faz tentando chegar a todo rincão do planeta impondo a democracia, que é o melhor terreno fértil

para seu desenvolvimento. Não hesita em empreender campanhas bélicas contra territórios onde o capitalismo não está enraizado, demonizando seus costumes e cultura para buscar a aprovação da população do país atacante. Impõe um modelo de vida pela força, tanto dentro como fora de suas fronteiras, enquanto vende uma falsa ideia de liberdade. Nunca antes houve tantos meios repressivos e de controle social ao alcance de nenhum regime.

A política se faz com base nas necessidades do mercado. Na democracia a eleição através do voto tem como suposto objetivo apoiar algumas medidas políticas que nossos governantes têm que realizar, sejam de esquerda ou de direita. No momento histórico em que nos encontramos as direções políticas não tem interesses opostos, independentemente de seu signo, já que todos devem favorecer a estrutura do Estado na qual o capital se desenvolve, e aplicar políticas segundo as necessidades do mercado em detrimento das pessoas. E mais, em muitas ocasiões as políticas são beneficiárias diretas ao pertencer elas mesmas à classe empresarial.

Todos temos sido testemunhas mudas de como o governo tem injetado milhões de euros nos bancos enquanto a maioria das pessoas não tem trabalho ou

estão sendo despejadas. Também estamos acostumadxs a escutar como as tramas de corrupção relacionam diretamente economia e política. Sem papas na língua e com pouco receio de esconder a realidade à população, Emilio Botín² afirma que: *“a partir de certos níveis a relação entre empresa e política é direta, muito mais do que se suspeita, uma chamada de telefone direta, de celular para celular, sem secretárias para intermediar”*. A democracia não se baseia nos interesses comuns, senão que favorece interesses de empresas na hora de legislar.

Pelo que aqui fora exposto concluímos que a democracia não é governo do povo, senão o baile de máscaras que esconde atrás de si a ditadura do capital.

**SE ACREDITARMOS QUE DEMOCRACIA É LIBERDADE
NUNCA DEIXAREMOS DE SER ESCRAVXS.
DESMASCAREMOS ESTA GRANDE MENTIRA,
CONSTRUAMOS A ANARQUIA!**

² Banqueiro espanhol, presidente mundial do Grupo Santander – um dos maiores grupos financeiros do mundo. [Nota do Editor]

A DEMOCRACIA: PERCURSO HISTÓRICO

Democracia é um termo demasiado vago e generalista, cujo significado muitas vezes depende tão somente do que tenha comido ao fim do mês a boca que a pronuncie (se é que comeu). Paraíso de algumas pessoas, anseios de muitas, inferno para muitas mais, o que fica claro é que a democracia é uma forma de governo, e ainda uma maneira na que se articula o Estado.

A democracia tem uma origem e um percurso histórico. Ainda que existam muitas formas de democracia, tanto na atualidade como ao longo da história, todas têm, não obstante, uma filosofia comum e as mesmas raízes. Correndo o risco de pecar por falta de originalidade faremos um breve resgate histórico para ver de onde sai esta forma sutil de dominação que, no entanto, tão grosseiramente nos submete a cada dia.

A democracia se baseia, a princípio, na adoção de uma maneira coletiva de tomar decisões, de eleger governos e regular sociedades. Isto não é nada novo. Desde os tempo pré-históricos aparecem conselhos, reuniões locais e assembleias nas tribos humanas para decidir sobre o que preocupa o conjunto de seus componentes. Mesmo nas épocas

mais arcaicas da monarquia, o rei não podia tomar decisões felizmente sem, no mínimo, consultar-se com algum tipo de conselho (fosse militar, de sábios, de chefes de famílias ou de clã, etc.) e sempre devia respeitar uma tradição. O que muda de uma forma de decidir para outras, além da nada trivial aparição e progressiva institucionalização da Autoridade, é o grau de sistematização e organização de tal autoridade.

O surgimento da democracia: A Grécia Antiga

A democracia apareceria pela primeira vez no século V a.C. na região grega de Ática. Após a queda da monarquia, por causas pouco claras e pelas mãos de uma rebelião popular, iria-se impor uma nova forma de regulação e governo na sociedade ateniense. Convencidos (e se diz em masculino porque tal regime se daria somente por e para homens nativos livres e com propriedades) de que as formas monárquicas ou aristocráticas não eram apropriadas, os atenienses implementariam uma nova forma de governo baseada em arcaicas tradições comunais e nas reformas das instituições existentes com a ampliação de algumas competências de alguns organismos e a limitação de outras. Aparecem assim as magistraturas, que seriam

rotativas, tendo mais importância que a assembleia comunal, aumenta o número de governantes, limitam-se as suas competências e a duração de seus mandatos, equilibra-se seu poder com o de observadores e juizes para tentar reduzir arbitrariedades, etc. A ideia deste sistema se mantém até os dias de hoje, ainda que bem mais degenerado.

Mas antes de prosseguir explicando o funcionamento da democracia e sua evolução até os tempos atuais é necessário fazer uma obrigatória mas importante marcação etimológica, acompanhada de esclarecimento histórico sem o qual não se pode entender o conceito de democracia e seu surgimento na Grécia Antiga. Afundando na provável falta de originalidade, analisaremos a palavra *democracia* e seu significado.

Rompendo alguns mitos e muitas falsificações históricas e linguísticas, há de se assinalar que a palavra *democracia* não vem de duas palavras (*demos*, que supostamente significaria “povo”, e *cratos* que supostamente significaria “poder”, dando lugar assim ao termo “o poder do povo”). A palavra *democracia* deriva de três palavras: *demiurgos* ou artesão, *geomoros* ou camponês e *cratos* ou Estado (em grego arcaico, e não “poder”, significado que, por razões políticas, adquirirá mais à frente, na época clássica, para justificar a ordem social vigente). Da

fusão das duas primeiras palavras, *demiurgos* e *geomoros*, surgirá uma nova, *demos*, que aparecerá na época clássica, sendo portanto um neologismo que não existia quando se funda esta ordem sócio-política. Com este jogo de palavras entre artesão e camponês, se formará a palavra “povo” para justificar o novo aparato estatal e referendar a ordem social imposta. Claramente o povo são os artesãos, comerciantes e camponeses e para eles foi formado o novo regime. Quem não faz parte destas classes não fará parte do povo. Assim encontramos que *democracia* não significa “o poder do povo” senão “o Estado dos artesãos e camponeses”.

Estes dois estamentos iniciaram aos finais do século V a.C. uma rebelião contra a monarquia ática, a qual, em uma época convulsa e confusa e mediante um processo e algumas causas não muito conhecidas, destituíam-na para instaurar o novo modelo. Mais à frente convém fazer um novo esclarecimento. A sociedade ateniense no momento imediatamente anterior a instauração da democracia estava composta por três classes ou estamentos sociais: os eupátridas, acima da pirâmide, que eram os nobres e o estamento dentre o qual saía o monarca; os *demiurgos*, que eram os artesãos e comerciantes, mas não quaisquer artesãos, senão os mestres artesãos e donos das oficinas (quer dizer, pessoas

com escravos e assalariados que dirigiam a produção e o comércio a serviço dos eupátridas); e os geomoros ou camponeses, camponeses proprietários de terras e donos de escravos. Estes três eram os estamentos dentre os homens livres, estamentos subdivididos por sua vez segundo categoria, riqueza e posição social. Depois, na escala mais baixa da pirâmide, estavam os metecos ou filhos de pai atenienses e mãe estrangeira (que podiam ser os assalariados ou os ajudantes de demiurgos e geomoros), homens livres, mas que não tinham os mesmos direitos que os atenienses livres, e mais abaixo ainda estavam os escravos. À parte estavam as mulheres, que não só não gozavam da condição de “cidadãos”, senão que nem sequer alcançavam a categoria de “pessoas”.

É com estas características e nesse contexto que nasce a democracia. No princípio de forma tosca, depois, há quase um século de sua fundação, Péricles a aperfeiçoará ainda mais (e em seu “aperfeiçoamento” surgirá um novo tipo de regime: a tirania, a primeira forma estatal ditatorial da história). O funcionamento democrático seria relativamente simples. Os atenienses maiores de idade (homens livres com propriedades) reuniam-se na ágora ou praça em representação de suas famílias (mulheres,

filhxs e escravos) e ali escolhiam um número limitado de magistrados por um período de dois anos. Cada magistrado tinha uma função específica. Uns seriam juízes, outros governantes, outros controlariam o governo, outros aos funcionários, etc. Nas assembleias da ágora, que eram relativamente periódicas, os proprietários delineavam as linhas gerais da direção da *polis* e a *política* da cidade e os governantes se encarregavam de pô-las em prática com uma margem de manobra bastante ampla, mas aderindo ao decidido nas assembleias. Na maioria das vezes funcionavam mediante simples referendo ou escolhendo entre propostas apresentadas pelos magistrados ou as comissões eleitas para algum assunto específico. Os referendos podiam ser bastante generalistas, deixando a aplicação das decisões, as modalidades e os tempos nas mãos do governo. O que um governante não podia fazer era espezinhar as decisões das assembleias ou trabalhar fora das diretrizes (bastante amplas) marcadas. Claro que as intrigas, conspirações e manipulações preexistiam à democracia em bastantes séculos, e sempre podia-se aplicar alguns desses métodos políticos correntes para justificar o que fosse. Em caso de dúvida ou falta de acordo, tradição, oráculos e sacerdotes (o que vinha a ser mais ou menos a

mesma coisa) se encarregavam de “esclarecer” a incerteza.

É importante assinalar o fato de que as magistraturas, eleitas por períodos anuais ou bianuais, não eram cargos remunerados, com o qual se limitava ainda mais o acesso às mesmas – quem podia se dar ao luxo de desatender suas atividades ou negócios durante um ou dois anos para cumprir com a pátria sem arruinar-se?

Este “paraíso” social construído sobre o sangue de escravos e mulheres ficaria restrito a formosa cidade de Atenas. Cidade que em 435 a.C., época do apogeu de Péricles, era a maior do mundo conhecido com mais de cem mil habitantes (o que faz ainda mais aplicável este aberrante regime que em países inteiros com dezenas ou centenas de milhões de habitantes). Para o restante ficava a vassalagem, pois Atenas foi um império tanto comercial como militar que submeteu aos seus vizinhos e derrotou em tão amargas e duradouras guerras a todos os demais impérios regionais rivais (seus vizinhos do sul, os lacedemônios – espartanos na posteridade –, ou seus vizinhos do leste, os persas). Atenas chegou a liderar um autêntico império comercial, político e militar, baseado em ligas e federações nas que impunha sua hegemonia, que se estenderia, sem necessidade da típica invasão de uso militar, desde a atual Turquia a

Girona transversalmente, e ao longo da atual Eslovênia até a Tunísia.

O cada vez mais paulatino incremento da autoridade e a solidificação cada vez mais brutal do poder derivariam em sucessivas tiranias, ou formas estatais ditatoriais justificadas politicamente dentro de margens jurídicas e políticas (diferentemente do antigo regime dos faraós egípcios, por exemplo, justificado através da religião e com um poder ilimitado) e em impérios puros e duros como o de Alexandre, o grande, cujos sucessores fariam sucumbir o esplendor grego nas mãos dos vizinhos ocidentais com a espada mais larga: Roma, quem também havia começado seu *glamour* com uma democracia à imitação da grega (ainda que mais autoritária e corrupta) que logo lhes escaparia um pouquinho das mãos.

O disparate continua: da Idade Média à revolução inglesa

Como a história não é linear, senão aparentemente cíclica, cheia de “avanços” e “retrocessos”, nos encontramos onde a epopeia democrática sofrerá dois duros contratempos que virarão seu barco a novos portos mais ditatoriais. A primeira foi a degradação democrática com Péricles,

cujo golpe de misericórdia seria dado depois por um tal Alexandre, com espírito tão viajante e conquistador como déspota. Com a democracia nos cemitérios da política alguns amigos latinos com uma república que bem poderia se considerar como democrática apareceriam no cenário do Mediterrâneo para conquistar grande parte do império deste moço, Alexandre, que viveria rapidamente e morreria jovem. A poderosa república romana, que se estendia militarmente muito além do que Atenas foi, nunca reservou a democracia somente para si, impondo governadores locais ao restante mas respeitando seu estilo de governo. Esta república pouco tempo depois, e em uma virada de roteiro própria de *Star Wars*, se converteria em império por séculos e séculos, sendo tão duradouro seu legado que uma vez nas mãos da decadência e as tribos bárbaras o decomporiam em um mosaico de reinos despóticos regidos por uma miscelânea entre direito romano e direito consuetudinário germânico.

Grande regressão do ponto de vista democrático que teria uma nova decolagem séculos depois da queda da república romana, última democracia formal da Antiguidade. Concretamente quinze séculos depois, no século XIV d.C., várias cidades-estados haviam se formado no norte da Itália, fruto do comércio e da decomposição por guerras e outros

truques sujos de reinos maiores. Nelas uma incipiente burguesia comercial, herdeira – salvando as distâncias – daqueles demiurgos e geomoros de quase dois mil anos antes, instauraria um novo regime, inspirado na democracia anterior, nas formas de conselhos comunais da tradição medieval e, sobretudo, da mais poderosa razão de Estado. Bodin e Maquiavel escreveriam, cada qual, importantes tratados sobre como articular o Estado. Novas formas de democracia baseadas no mérito e no dinheiro iriam se impondo nas cidades cujo governo se instaurava uma assembleia comunal com representação de potentados eleitos que tomavam as decisões em nome do povo (vamo-nos aproximando demasiado da atualidade).

Desse pó, varridos pela tormenta de água dos impérios e os primeiros Estados absolutistas, viriam os lamaçais democráticos do primeiro parlamento merecedor de tal nome e da primeira república moderna da história: após um banho de sangue que acabaria em guerra civil, o Reino Unido da Grã Bretanha (ainda não Irlanda do Norte) obsequiaria ao seu rei, então nomeado Carlos, com uma entrada para as masmorras ex-reais. E enquanto Carlos se divertia desfrutando dos últimos momentos em que sentiria o peso da cabeça sobre seus ombros, um fanático *gentleman* puritano de apelido Cromwell iria

impor a primeira e única república inglesa, em 1649, um ano após a guerra civil na qual, além de eliminar os monárquicos, eliminou também outras facções políticas defensoras do que os eruditos tem denominado “proto-comunismo”.

A primeira democracia parlamentar da história da humanidade se desenvolveria sangrentamente e instauraria um sistema de eleição censitária para eleger os cento e poucos deputados da câmara dos comuns (porque já não eram nobres, senão membros da *gentry* ou burguesia comercial e camponesa) que por sua vez elegeriam o governo e este ao “presidente” da nação. Esta seria a inspiração e o imediato antecedente histórico da revolução francesa, dando a burguesia, próxima ao poder mas formalmente separada dele, um soco na mesa para reivindicar seu papel dentro do Estado. Um Estado que iria se acomodando aos novos tempos de maneira mais ou menos natural, fruto, muitas vezes, de suas próprias decisões.

A loucura duraria quatro anos exatos, porque sem tempo para uma segunda legislatura Cromwell daria um golpe de Estado para nomear-se alto protetor da Inglaterra. Seis anos de ditadura na que acumulou todos os poderes que antes tinha o rei (com exceção de que, tal como os bolcheviques alguns séculos depois, teria a decência de não usar

esse título senão outro mais apropriado) para, paradoxalmente, salvar a democracia de si mesma. Tanta corrupção...

O exemplo não se estendeu, de imediato, e a ilhota inglesa voltou por seus estatutos a uma restauração democrática na que a Holanda colocaria uma dinastia ao velho estilo do “porque eu valho a pena e minha marinha de guerra bate mais forte”. Um novo rei da dinastia de Orange poria fim definitivamente à aventura democrática e às suas consequências e se fixaria em uma pequena ilha ao lado da Inglaterra, à esquerda, segundo se observa no mapa. Sem dúvida que a Irlanda não achou muita graça como tudo terminou. Se alguém quiser saber mais sobre a dinastia e a ordem de Orange que pergunte em Derry.

É curioso como há processos que se repetem uma e outra vez na história e como as classes médias tem a próspera tendência de realizar o trabalho sujo para as classes altas e logo em seguida reclamar sua parte. Parte que é reclamada em forma democrática para que acabem governando os comerciantes em vez dos militares. A classe média é sempre tão altruísta... mas as coisas mudam e se fazem mais complexas, e justo cem aninhos depois essas jovens colônias de ultramar seguiriam o exemplo de sua irmã maior, a Inglaterra, para instaurar uma

democracia muito similar e que também se converteria em uma potência mundial. Não em vão copiaram sua filosofia. Não em vão após a restauração centenas de republicanxs foram banidxs para América.

O disparate se consolida: dos jovens EUA à revolução francesa

O processo colonial na América do Norte foi desenhado pelo Estado inglês mas sua execução foi “terceirizada”. Se privatizou o processo colonial e em troca a coroa só receberia glória e impostos. Mas nas 13 colônias ao sul do lago Michigan eram os próprios colonos quem “cortavam o bacalhau”. Eles decidiam suas formas de governo, de justiça e de organização social, rendendo fiel vassalagem e pagando pontualmente a cada ano a Inglaterra, que se intrometia o justo e o necessário no processo. O fato da América ser vista no imaginário coletivo como uma terra de liberdade, para aonde se pode escapar da tirania (e onde muitos cromwellianos e “proto-comunistas” encontraram refúgio) convidava a criar novas formas de viver e a uma certa experimentação. As recém-nascidas ideias do liberalismo político encontravam plena receptividade ali. Derivadas do protestantismo inglês mais *light* (republicano,

socializante e receoso da autoridade estatal), recebe com agrado as primeiras linhas teóricas do liberalismo, antiestatal ainda que defensor da propriedade privada.

Cansados de uma colonização de mais de um século na qual, além de exterminar nativxs americanxs, não haviam feito mais que pagar impostos abusivos, as colônias disseram basta e lideradas por ricos proprietários de terras de ideias malucas (desconfiavam do governo, não podiam sequer ver os bancos, odiavam a monarquia, mas defendiam a propriedade privada fruto do esforço individual e a liberdade de comércio), se rebelaram. Após seis anos de guerra os Estados Unidos da América do Norte (as 13 colônias convertidas em treze estados de uma União em forma de Estado federal que chegaria a alcançar cinquenta estados) declaravam sua independência e articulavam a primeira democracia moderna da história.

Nascia uma república presidencialista com forma de federação e uma constituição muito liberal. Uma espécie de democracia direta censitária acabou degenerando em um sistema de representação (como não pode ser de outra forma, sobretudo se a suposta democracia direta se aplica a lugares com centenas de milhares ou milhões de habitantes). No início não haviam partidos políticos e se elegiam listas

abertas de deputados (congressistas) e senadores dentre alguns candidatos homens, maiores de idade, brancos e proprietários, dado que os cargos não eram remunerados, para ser votado por um censo eleitoral de idêntica composição. A Grécia clássica e a revolução puritana eram a inspiração. A constituição era muito liberal com muitas limitações aos poderes, dos quais receava. Mas a república era presidencialista e ainda que a margem de manobra para os de baixo fosse muito grande, o poder, disperso em várias instituições, também o era, ficando tudo atado, e bem atado. A classe média de agricultores proprietários e comerciantes, os que fizeram o trabalho sujo para a coroa da Inglaterra, composta por nobres e militares, voltava a governar, sempre tão altruísta. E desta vez não seria uma ilhota, senão que começaria a estender e a restringir cada vez mais a já por si espúria e limitada liberdade.

Se os EUA marcaram o caminho, outro grande banho de sangue também inspirado no liberalismo político e nas teorias do contrato social, mas desta vez em versão europeia continental (o que pode equivaler a França e, às vezes, a Alemanha) colocaria a renascida democracia no lugar que lhe corresponde; e como as novas olimpíadas que recuperaram o espírito das velhas ainda que não sejam o mesmo, alçariam uma série de valores ao

poder. A burguesia desbancava a nobreza, em um processo que começava aqui e duraria um século, feito fila de peças de dominó em queda livre, em um processo de regeneração do Estado (as vezes sem o consentimento dos gestores do aparato, outras vezes totalmente maquinado por estes). E assim, após matar muita gente e passar por vários modelos de democracia e tipos de Estado (da monarquia parlamentar dos girondinos à república jacobina do terror) entronaram a idealização que todxs tem em mente quando se fala da democracia em abstrato, ao menos parlamentar. Suficiente para acabar com um governo eleito mediante sufrágio censitário (ainda que, seja dito, houve uma época de sufrágio universal masculino) onde mandava a classe média de comerciantes e industriais (que desde uns cinquenta anos já não eram artesãos), que reclamava ter feito durante anos o trabalho sujo para a nobreza. A aventura terminou com o golpe de Estado de Napoleão e outro novo império. Tanta corrupção...

Ainda que a história vá e venha, vemos que o processo democrático é sempre o mesmo. O Estado não dá mais conta de si e as classes médias assumem (pela força ou com consentimento, como o caso dos demais países da Europa e da Inglaterra do século XVIII) para instaurar o governo total da economia. Porque se algo diferencia a democracia de outras

formas históricas de governo é que se trata de abarcar, sobretudo a liberal, todos os aspectos da vida. Tende a regular tudo, a legislar tudo e a adotar padrões economicistas para fazê-lo, de tal maneira que a democracia possibilita o capitalismo e este pode fazer-se autônomo passando a ser mais um fator chave quando antes era um “simples” meio de produção criado pelo, e a serviço do, Estado.

A democracia não oferece a liberdade, quando muito é uma possibilidade degenerada do exercício desta. Possibilidade que sempre é opressiva e que sempre termina sendo liberticida do processo muitas vezes “libertário” (revolta contra a monarquia, a tirania ou a ditadura, ainda que nem sempre) que a gerou.

Com a democracia liberal isto se reforçará ainda mais e a opressão democrática alcançará cotas inimagináveis aperfeiçoando a máquina de dominação estatal, e sobretudo estatal-capitalista, a níveis intoleráveis.

O disparate triunfa: das democracias liberais à atualidade

Entre as poças da última chuva em uma calçada não muito frequentada chega o pedinte para tocar seu violão, recita uma canção de *Los Suaves*. A chuva era uma série de rebeliões anti-nobreza; a calçada não muito frequentada, o liberalismo político; e o pedinte, essa burguesia secundária e marginalizada do poder político, mas tão necessária no devir da alta política do Estado. O século XIX assistia a imparável ascensão do estamento comercial e de sua economia capitalista (que passou de um “simples” modo de produção em grande escala desenhado pelo Estado inglês a serviço de seu militarismo para um sistema de produção e reprodução de mercadorias e relações sociais mercantilizadas impulsionado pela burguesia), muitos Estados da Europa assumem o novo modo de vida baseado em uma democracia parlamentar complementado com uma economia industrializada tendente ao livre mercado relativo. A nobreza e os aparelhos de Estado do Reino Unido (da Grã Bretanha e, agora sim, Irlanda do Norte) e de uma ainda não unificada (de direito) Alemanha pactuam com a *gentry* e impõe a nova sociedade. As nobrezas de outros países, incluindo França, em especial os reinos do leste europeu, são mais cabeçadas e teimosas e

tem que ceder ao impulso do progresso e de duas ondas revolucionárias realizadas pelo povo ainda que dirigidas (como quase sempre) pela burguesia em nome do nacionalismo mais patriótico e do livre mercado – ah, sim! – e também da democracia.

A combinação é perfeita e expande-se como pólvora. O século XIX será conhecido como o século das revoluções liberais. Mas este termo não se refere a que as massas amotinadas ponham para correr aos tiros aos reis sátiros (o que ocorreria em menos de uma dezena de países), senão que, uma vez no poder político da forma que seja (revolução, eleições, a dedo, por invasão, por reforma do Estado, etc.) o liberalismo impõe a sangue e fogo sua economia, seu modelo político e sua nova forma de vida, que, pela primeira vez na história da humanidade será totalitária porque fará o possível por se fazer estender a todas as camadas da sociedade. Desenhasse o novo projeto de dominação, surge o Estado contemporâneo, liberal-burguês e democrático que se homogeneizará afundando em sofrimento culturas, línguas, formas de vida ancestrais das que ainda havia algum resquício. O Estado centraliza-se baseando-se em uma imposição cultural, linguística, religiosa e econômica sem precedentes. O novo modelo é a França do século XIX: um estado-nação centralizado, um poder político democrático e

burguês, uma economia de livre mercado (quando é possível), uma cultura, a da burguesia parisiense, alguns valores, os da competitividade e a propriedade privada, que passa a ser sagrada, um sistema educativo que impõe uma só língua, a parisiense (aniquilador de dezenas de outras como o corso, o lorenês, o bretão, o basco, o ocitano, o catalão, o marseelhês, etc., a lista é interminável). Quem resiste termina no cadafalso. O caso do reino da Espanha também é paradoxo, com pronunciamentos, três guerras civis, rebeliões coloniais, duas guerras carlistas e outra cantonalista, um idioma que se impõe (o castelhano) e um dado revelador: em cem anos os mortos pelas mãos do Estado liberal chega a ser uma quarta parte dos mortos pelas mãos da Santa Inquisição em quinhentos anos, uma quarta parte. Algo similar ocorrerá na Itália com a unificação via massacre de Garibaldi e a imposição do capitalismo industrial, a democracia parlamentar e o toscano-florentino como língua.

A democracia parlamentar e seu irmãozinho, o capitalismo, trouxeram isto: dezenas de milhares de mortos, costumes e tradições arrasadas, conselhos municipais desarticulados, terras comunais cercadas, meio ambiente arrasado pela industrialização. Somente no século XVII, quando o capitalismo surge impulsionado pelo Estado como modo de produção

em grande escala para atender as necessidades bélicas, Felipe II faz desflorestar meia província da atual Zaragoza, provocando a aberração do conhecido deserto de Monegros – tão pródigo em festivais musicais de veraneio para a juventude moderna – para construir sua famosa armada invencível, incapaz tão sequer de cruzar um canal em um dia chuvoso.

Após o banho de sangue em plena escalada capitalista, em um mundo no qual a democracia se estende e globaliza chegamos ao século XX, o século em que mais aumentaram as desigualdades sociais em toda a história desta curiosa espécie que é a humana (em *Matrix* dizem que não somos mamíferos, senão vírus, porque devastamos tudo o que há ao nosso redor e quando não sobra nada nos mandamos a outra parte, hoje em dia ao espaço). Duas guerras mundiais por interesses comerciais e ambição política, quer dizer, simples e claramente por poder, acabam de rematar nossa desgraça e sustentam a ordem mundial de forma definitiva. Depois da segunda guerra mundial se desenha um sistema perverso baseado no falso enfrentamento político-ideológico entre dois irreconciliáveis inimigos que no fundo não eram mais que competidores econômicos. Por isso sim, ambos se definem como democráticos (uns parlamentares e outros populares)

e ambos são capitalistas (uns de livre mercado e outros de Estado). Mas esta ordem, como tudo na vida, já o dizia o bom Heráclito, o obscuro, não durará para sempre e em finais do século XX um dos dois blocos, e todos sabemos qual, foi derrubado, perdeu a competição. O paradigma liberal-democrático havia triunfado apesar do pequeno contratempo socialista. Claro que o sangue de exploradxs e oprimidxs regava as estéreis terras do desespero. Uns aniquiladxs, outrxs aniquiladxs após ser traídxs, todxs foram derrotadxs pela autoridade. Um a um os sonhos de liberdade de milhares de indivíduos que, saídos do nada, haviam alcançado as mais altas cotas da miséria, foram aniquiladxs. É o que traz confiar nxs sustentadorxs da autoridade (sejam aristocratas, burgueses, proletários; sejam monárquicos ou republicanos, capitalistas ou comunistas, democratas ou ditadores) em vez de confiar em si mesmxx e na paixão pela liberdade.

Esta é a história da democracia, história que não trouxe mais que desgraças e penúrias sob as roupagens de uma suposta liberdade e bem-estar, com o que nos tem vendido gato por lebre. Um dos casos mais recentes e óbvios: o reino da Espanha. 'Liberdade, liberdade, sem raiva, liberdade', se cantava ao final de uma ditadura imposta em 1936 pela Igreja e Banco, e apoiada ao longe (ativa ou

passivamente) pelas potências mundiais, cujo final se produz porque o ditador morreu de velhice em sua cama. Radicais de todas as matizes, liberais, cristãos, comunistas, direitistas, democratas, todos nos trouxeram um pacto social, idílico como o rei, uma democracia parlamentar fascista (não muito pior que outras, mas sim mais grotesca e menos *fashion*, um produto distintamente ibérico) que nos tem conduzido (argumento para os adoradores do progresso) ao mesmo ponto de quando chegou em terras ibéricas pela primeira vez a democracia liberal. Com uma rápida diferença: as ânsias de resistência e de liberdade brilham por sua ausência e em seu lugar se põe em moda o morno protesto cidadão que exige que o Estado se comporte bem para poder consumir sem freios e ter mais “liberdades”. Alguém não se dá conta de que, o Estado em geral, e a democracia em particular, não são a solução, senão parte do problema.

CRÍTICA À DEMOCRACIA ATUAL

Revisando a história do conceito democrático

Falamos de democracia e aparece em nossa cabeça o mundo idílico da Grécia clássica: homens conversando civilizadamente sob o sol do mediterrâneo, envoltos em togas brancas. Pensar isto é claramente faltar com a verdade. A grande maioria das pessoas que viviam no berço da democracia o faziam na escravidão, e do poder decisório ficavam excluídas também as mulheres. Na maravilhosa origem da ideia democrática somente os homens proprietários mandavam e seu poder se estendia a todas as suas propriedades, incluindo a família, incluindo os escravos (como soa isso?). Esses sim, os proprietários, se tratavam entre eles como homens livres e iguais, cada um mandava e obedecia sucessivamente; e a *polis* não se construía ideologicamente *contra* a natureza senão que era a culminação da organização social para que os homens livres (enfatizemos: isto de homens livres significa proprietários) pudessem viver bem.

Mas esta ideia de sociedade supostamente harmônica desaparece sob o rumor dos tempos, e não tem nada a ver com a *nossa* democracia. A que nós sofremos é fruto de uma evolução histórica

concreta que se inicia com a criação do Estado moderno, que nasce em momento, espaço e modelos ideológicos determinados. No século XVI aparecem Hobbes, Locke e demais amigos que elaboram a teoria do contrato social, escandalosamente viva ainda hoje. A sociedade civil, que viria a ser a *polis* grega, segue dando-se entre os homens livres (proprietários), mas aparece uma nova entidade, o Estado, onde os homens livres já não são iguais entre eles. O Estado é uma criação artificial para tratar de resolver o conflito original, porque o natural é a luta de todos contra todos, por isso de que “o homem é um lobo para o homem” (por favor, note-se a ironia). Impõe-se uma organização vertical: uma autoridade soberana *sobre* os cidadãos-súditos. O novo paradigma do que é a sociedade se levanta *contra* uma natureza caracterizada como violenta e opressiva que precede a civilizada: a política. Por isto, o triunfo da sociedade é a criação do Estado moderno, que não é mais que a domesticação da natureza, com tudo o que isso implica.

Depois ocorreram as revoluções burguesas: a inglesa, a independência dos Estados Unidos, a francesa... a construção do Estado tal como o conhecemos é fruto de uma história e não se deve pretender entendê-la sem contemplar este desenvolvimento ideológico e material concreto. O

Estado moderno aparece ligado ao Estado-nação, a divisão de poderes como garantia a uma saraivada de direitos e obrigações inalienáveis. Que os anos passem, que aconteçam as guerras e as revoluções, que frente à ameaça soviética consolide-se o Estado de bem-estar não muda nem a substância nem o significado do Estado moderno. Para além de uma relativa ampliação dos limites do que é a tarefa do Estado no Estado de Bem-estar, ou de uma suposta participação dos cidadãos no funcionamento formal do Estado democrático, estas variantes do Estado moderno não tem outro objetivo que o de seguir tentando manter essa ordem artificial construída *contra* e *sobre* a natureza e os cidadãos-súditos, equilibrando conforme as circunstâncias e os requerimentos históricos.

A institucionalização do Estado moderno e, ainda mais, sua forma democrática, implica o nascimento da cidadania. Os indivíduos deixam de sê-lo e passam a fazer parte de uma realidade superior, o Estado, que lhes proporciona segurança através da conservação de alguns supostos direitos naturais e inalienáveis mas que naturaliza também suas tendências perniciosas para a coletividade. Este curso provoca três questões chave, a saber: a primeira, o que é e não é considerado pernicioso para a coletividade, e quem o decide; que medidas se

utilizam para neutralizar estas tendências perniciosas; e a terceira, estes direitos que emanam de uma autoridade superior a si mesma só se tem quando a autoridade os reconhece e tem por bem concedê-los. É o Estado quem define as tendências perniciosas para a coletividade, quem outorga os direitos e quem os garante, quem decide o que é um direito e o que não é, e quem os irá impor ou revogará pela força se for necessário, pois para isso goza de seu monopólio.

Oposição à democracia

Sobrevivemos em um sistema de dominação. Quando dizemos isto queremos dizer que nossas vidas estão submetidas e condicionadas por múltiplas relações de poder que derivam de estruturas enormes e profundas que se podem concretizar na classe, gênero e raça. Estes eixos de desigualdades têm bases tangíveis.

Obviamente há bases materiais, e se pensarmos nos homens livres da *polis* grega, quer dizer, nos proprietários, e nxs escravxs, xs que trabalham e tem uma vida constrangida para ter um lugar onde dormir e algo para comer, talvez pudéssemos encontrar pontos em comum. Em momentos que não se fala mais que de crise econômica, há que reconhecer qual é a relação entre economia e política. Consideramos

que a democracia é a fachada política do sistema econômico que é o capitalismo. Que são duas peças que pertencem ao mesmo maquinário, e que se relacionam entre elas em uma espécie de simbiose para garantir a continuidade do *status quo*. O Estado cobre as necessidades econômicas de grandes empresas e bancos, se for necessário, e dá subsídios e ajudas, só se for *muito* necessário para manter a estabilidade do sistema econômico e proteger a paz social.

Também há bases legais, isto é, ideológicas: se nos pusermos a analisar qualquer declaração de direitos (e se o fazemos não é para conceder-lhes a mínima validade, senão porque são manifestações explícitas das ideias e intenções do Poder) veremos que não só regulam aquilo que supostamente pertence ao âmbito público, como os direitos políticos ou o direito à propriedade privada, senão que pretendem cobrir todas as esferas, também aquelas alegadamente privadas. É a partir do Estado onde se constroem, se prescrevem e se (de)limitam todas as relações, as econômicas e as pessoais.

Estas bases ideológicas são as que fazem com que se perpetue as desigualdades, que todxs xs súditxs nos relacionemos a partir delas: prescrevem, delimitam e justificam pautas de comportamento. É o pensamento democrático que dita o que deve fazer-

se e o que não, ainda mais, como deve fazer-se. Se dizemos que o Estado se intromete em tudo, em qualquer momento e situação, o pensamento democrático é sua garantia. Pensamos o que o Estado e suas ferramentas de controle (a escola, os meios de comunicação, a pressão de vizinhos e familiares) permitem que pensemos. Supõe-se que em um Estado democrático somos livres para pensar o que queiramos, mas nossa imaginação se vê capturada na imposição de uma realidade muito concreta e acovardada pelo medo à marginalização ou ao proibido. Ainda que consigamos pensar algo que não deveríamos pensar, o Estado tem ainda mais ferramentas por si ameaçadoras se der o caso de que nos ocorra por em prática: a repressão em todas as suas formas (órgãos policiais, prisões, centros psiquiátricos, de detenção de menores e demais instituições que defendam a sociedade de semelhantes tendências perniciosas).

Seja como for, a questão é que nas formas contemporâneas do Estado moderno este já não está somente *contra* e *sobre* os indivíduos, senão também *dentro* desses indivíduos. Seu poder, pois, é mais sutil, menos visível e, por isso, mais perigoso. O Estado não é uma estrutura alheia a nós, não é uma entidade abstrata nem uma realidade tangível somente a nível de condições materiais ou de

instituições políticas, senão que é uma realidade que pretende abarcar tudo e cuja ordem está presente em (quase) tudo, uma realidade *totalitária* no sentido mais cru e literal do termo. Sejam conscientes disso, desafiemos ao Estado em todas as suas formas e a cada momento, desmontá-lo, destruí-lo... atrevermo-nos a imaginar novas maneiras de viver e de lutar contra essa realidade que nos constrange.

Lei de maiorias

Este é talvez o mito mais sólido sobre o qual se edifica a democracia: a maioria é a entidade abstrata com atributos de autoridade inquestionável sobre a qual ninguém duvida ou vacila, o deus pagão que utiliza a democracia na hora de cometer seus excessos.

Mas o sistema democrático parlamentar realmente conta com a maioria populacional quantificável? Podemos citar alguns exemplos que nos esclareça esta pergunta; entre eles o da constituição espanhola, “inquestionável” paradigma de legitimidade democrática sobre a qual babam da esquerda mais ortodoxa até a ultradireitista mais recalcitrante.

Estudando os dados oficiais no referendo sobre a constituição, em 1978, em uma população de 36,8

milhões de habitantes registrados, somente um total de 15,7 milhões expressaram sua conformidade com a “carta magna”: 40%. Assim, a maioria quantitativa, quer dizer, os 21 milhões restantes não deu sua conformidade, seja porque se abstiveram, votaram contra ou careceram de direito a pronunciar-se. Está claro que dita constituição foi votada por uma minoria da população do Estado espanhol, a que a democracia lhes atribui valores de “representatividade da vontade geral”.

Portanto é palpável que nem a maioria da população nem a maioria do corpo eleitoral (nem muito menos as seguintes gerações que em dita consulta ainda não haviam nascido ou mesmo as anteriores que possam ter mudado de opinião) deram o bom visto a esta constituição. É, pois, uma falácia que esta tenha de ser de cumprimento indesculpável porque corresponde a uma vontade majoritária; em todo caso se acata por estar forçosamente imposta e defendida (e não com leviandade, de certo) pelos órgãos e forças de segurança do Estado, a magistratura e as prisões, entre outros. Casos idênticos se podem utilizar para as eleições gerais, municipais, etc., já que em uma democracia é sempre uma minoria do “corpo eleitoral” quem decide que partido político governará o país e que grau de representação parlamentar terá.

Porque essa é outra, nem mesmo o governo eleito ou as pessoas que o ostentarão, mas a lista apresentada pelo partido, em seguida, esse partido eleito pela minoria majoritária do eleitorado irá ao parlamento junto com outros partidos (eleitos por minorias ainda menos majoritárias) e entre todos os representantes nele, elegerão presidente de governo (e este formará o gabinete). Isto claramente é uma oligarquia democrática.

Não obstante, e pese ao aqui denunciado (complementado em um parágrafo mais à frente no qual se explica o funcionamento da lei eleitoral), isto não significa aceitar as regras democráticas em outras condições, quer dizer, não aceitamos a pressão de nenhuma minoria e nenhuma maioria (real ou fictícia) nem vice-versa. Motivos há muitos, entre eles porque estamos pelo reconhecimento de todos os interesses, sejam estes majoritários, minoritários ou individuais: a lei da maioria não é sinônimo de ter razão e na história podemos encontrar muitos exemplos a este respeito. Outro motivo é que nos negamos a ser classificados como porcentagens em função das quais nos dão ou nos tiram direitos: nem queremos direitos, nem queremos deveres, no máximo falaremos de necessidades, desejos, interesses,... que temos, não permissões ou obrigações que nos imponham ou concedam. Não falaremos tampouco

dos interesses de maior número, senão do número de interesses. Defendemos o coletivo, sim, mas também ao indivíduo e sua liberdade.

Frente à indissolubilidade da parêntese democracia/engano reivindicamos o combate ao discurso democrático (e sua prática) desde uma ética anárquica, marcada no combate contra toda autoridade, seja esta democrática (parlamentar, participativa, popular e/ou direta), ditatorial ou qualquer outra.

Direitos

Os direitos são as concessões que outorgam um poder estabelecido, quer dizer, o que esse poder permite fazer a quem submete. Os deveres são as imposições desse mesmo poder, quer dizer, o que obriga a fazer. Direitos e deveres são portanto um binômio, já que uns são contrapartida dos outros e vice-versa. O qual nos leva a várias reflexões, dado que as duas escoras da democracia são a lei de maiorias e os direitos.

Uma é que as pessoas não têm direitos, senão necessidades vitais. Confundir direitos com necessidades é um grave erro que nos vem das mãos do pensamento autoritário. Há necessidades de alimentar-se, respirar, abrigar-se, dormir, gozar,... se

estas necessidades não se suprem, se pode sofrer carências e enfermidades. Ninguém pode nos conceder o direito à vida (no máximo podem nos dá-la ou retirá-la) salvo em formas de vida autoritárias e/ou domesticadas.

Outra reflexão é que quem tem direitos tem deveres e, como já assinalado anteriormente, isto é axiomático. Todo direito implica que alguém o reconheça e esse alguém em troca lhe reclamará deveres.

Outra mais é que para ter direitos se tem que ser súditx (de um rei), cidadão (de um Estado de direito, ou uma república) ou democrata. Também tem direitos aqueles que sofrem as ditaduras, as crianças nas escolas, xs presxs nas prisões, os animais, as “minorias”, etc.

Uma nova reflexão, aprofundando nas anteriores, é que para ter direitos é necessário ser governadx, domesticadx e portanto há que estar oprimidx, ou o que vem a ser o mesmo. Esta reflexão nos leva a que quem têm direitos não tem liberdade.

Estas reflexões nos levam a conclusão que quem quer ser livre, além de lutar por isso, não pode reclamar direitos, dado que não é possível que a liberdade se conceda. Os direitos prefiguram necessariamente autoritarismo.

Lei eleitoral

“Quando uma multidão exerce a autoridade, é ainda mais cruel que os tiranos.”

Platão.

Neste texto analisaremos as duas leis que influenciam e regulamentam o sistema eleitoral espanhol, sempre aparada pelo guarda-chuva (às vezes tão aberto e outras tão fechado, segundo for conveniente) que chamamos Constituição.

O primeiro texto legal é a chamada Lei de Partidos (Lei Orgânica 6/2002, de 27 de junho) que revogou a Lei 54/1978, de 4 de dezembro, texto pré-constitucional que, paradoxalmente, foi muito menos restritiva com o direito de candidatar-se às eleições, ainda quando o papel da luta armada estava mais enraizada na política revolucionária daquele período que alguns chamam transição.

A atual Lei de Partidos está redigida com conceitos vagos e com elevada carga moral que outorgam ao juiz uma ampla discricção e o poder de legislar através de sua jurisprudência, já que esta é uma consequência da aplicação das leis sem conteúdo objetivo que são colocadas no ordenamento através do filtro da interpretação subjetiva do aplicador de direito. Esta problemática

se agudiza com o especial caráter do judiciário espanhol, pois ninguém desconhece que os membros dos altos tribunais (Tribunal Supremo e Tribunal Constitucional) são pouco mais que uma sucursal dos grandes partidos majoritários.

Nos concentraremos, pois, no controvertido artigo 9 da Lei de Partidos, dedicado a enumerar, redundantemente as condutas que podem custar a ilegalidade de um partido. Analisaremos vários aspectos, começando pela cláusula que estabelece que as atividades que conduzem à ilegalidade deve realizar-se de forma reiterada e grave. Com esta expressão o legislador pretende legitimar estas disposições dando-lhe um ar de excepcionalidade, sendo a realidade completamente encontrada, pois a reiteração das ações obedece sem suar a um planejamento político maduro que se veria vazio de conteúdo sem esta prática. Assim, na exposição de motivos da dita lei, diz-se: “Não se trata, evidentemente, de proibir a defesa de ideias ou doutrinas, por mais que estas se distanciem ou mesmo ponham em xeque o marco constitucional. [...] Não se punem condutas isoladas sem a acumulação de ações que manifestem inequivocamente toda uma trajetória de quebra da democracia e de ofensa aos valores constitucionais, ao método democrático”. Em outras palavras: se

permitem planejamentos que questionem a norma constitucional com a condição de que haja suficientes garantias que estes não prosperem. Qualquer planejamento político que vá além da carta magna será declarado ilegal, a não ser que, claro está, seus objetivos políticos sejam secundários e se desvalorizem. Quer dizer, só caiba a saída da dissolução.

O parágrafo a) do art. 9.3 assinala como ação típica 'Dar apoio político expresso ou tácito ao terrorismo, legitimando as ações terroristas para a consecução de fins políticos à margem dos canais pacíficos e democráticos, ou justificando e minimizando seu significado e a violação de direitos fundamentais que implica'. Qual é o ato de dar apoio de forma tácita? Ou se apoia efetivamente (ainda que seja de forma velada, para isso serve o valor probatório) ou não se apoia em absoluto. Com a inclusão deste termo se pretende dar uma ferramenta ao juiz para a ilegalização de um partido por qualquer vinculação política: se tem as mesmas finalidades (por exemplo, a independência) se pode sobreentender um apoio efetivo, tenham ou não a mesma metodologia.

O parágrafo b) do mesmo artigo qualifica como ilícito acompanhar a ação da violência com programas e atuações que fomentam uma cultura de

enfrentamento e confrontação civil ligada à atividade dxs terroristas. É por acaso possível a prática política sem enfrentamento? É desnecessário dizer a quem beneficia essa concepção insubstancial de política. E quanto ao vínculo com a atividade dxs terroristas, já conhecemos com que facilidade se cria.

Poderíamos continuar eternamente a análise deste corpo legal, mas seu despropósito é tão descarado que basta uma primeira leitura para perceber. Definitivamente, e visto sua aplicação efetiva nos tribunais, parece que com a presente lei se inverteu a carga da prova, sendo x acusadx x encarregadx de demonstrar sua inocência, já que com tal redação parece muito difícil partir de algo mais que uma presunção de culpabilidade, violando o alegadamente consagrado princípio *in dubio* para réu.

Uma vez exposta brevemente a problemática em torno ao direito de elegibilidade, nos concentraremos no funcionamento do regime eleitoral regulado na Lei Orgânica 5/1985, de 19 de junho, do Regime Eleitoral Geral. Este funciona através de um sistema eleitoral que a Constituição (art. 68.2) vincula ao âmbito da província. Cada província terá um mínimo inicial de 2 deputadx (exceto Ceuta e Melilha que terão 1, cada uma). Xs demais deputadx (há um total de 350) se distribuem entre as províncias em relação à sua população, de

uma forma supostamente proporcional. Este sistema eleitoral já apresenta certas contradições entre a igualdade de direitos ao voto e a igualdade de poder do voto. Assim, descobrimos que existem eleitorados que tem uma sobre-representação (por exemplo em Soria, onde um assento representa a 46.796 habitantes) e uma infra-representação em outras (como o caso de Madri, que um só assento representa a 173.762 habitantes). A consequência deste acordo é que o voto emitido em uma província pode valer até quatro vezes mais que o voto emitido em outra. Note-se que a distribuição do eleitorado por províncias se justifica por uma suposta representação territorial, quando o certo é que a câmara do Senado seja responsável por recolher esse princípio de representatividade (art. 69.1 da Constituição).

Uma vez esclarecida a distribuição geográfica, é hora de explicar o procedimento pelo qual se distribuem os assentos em cada eleitorado com base nos resultados do escrutínio: a Lei d'Hondt. Consiste em ordenar do maior para o menor, em uma coluna, as cifras de votos obtidos pelas candidaturas (descartando as que não alcancem a margem de 3% de votos, que ficam automaticamente fora da disputa pelos assentos). Uma vez ordenado, se divide o número de votos obtidos por cada candidatura por 1,

2, 3, etc., até um número igual ao de assentos correspondente ao eleitorado. Os assentos se atribuem às candidaturas que obtenham os maiores quocientes no quadro, atendendo a uma ordem decrescente. Usaremos o exemplo disposto na mesma Lei em seu art. 163 para explicar melhor este processo: 480.000 votos válidos emitidos em um eleitorado que eleja oito deputados. Votação dividida entre seis candidaturas:

A (168.000); B (104.000); C (72.000);
D (64.000); E (40.000); F (32.000).

Divisão	1	2	3	4	5	6	7	8
A	168. 000	84. 000	56. 000	42. 000	33. 600	28. 000	24. 000	21. 000
B	104. 000	52. 000	34. 666	26. 000	20. 800	17. 333	14. 857	13. 000
C	72.0 00	36. 000	24. 000	18. 000	14. 400	12. 000	10. 285	9.0 00
D	64.0 00	32. 000	21. 333	16. 000	12. 800	10. 666	9.1 42	8.0 00
E	40.0 00	20. 000	13. 333	10. 000	8.0 00	6.6 66	5.7 14	5.0 00
F	32.0 00	16. 000	10. 666	8.0 00	6.4 00	5.3 33	4.5 71	4.0 00

O primeiro assento o levaria o partido A, por ter o número mais alto (168.000 votos). Após obter o assento, se obtém o seguinte quociente dividindo-o por 2 e escrevendo-o na segunda coluna. Assim, o segundo assento corresponde ao partido B por ter o número mais alto (104.000). Repetimos a fórmula e dividimos esse número por 2 para obter o seguinte quociente com o qual contará esse partido. O terceiro assento fica novamente para o partido A, pois tem 84.000 votos, sendo o número mais elevado dos quocientes (acima dos 52.000 do partido B e dos 72.000 do C, que ainda não obteve representação, e portanto ainda não foi dividido). O quarto assento corresponde ao partido C, pois tem a avaliação mais elevada com os 72.000 votos iniciais, que terá que dividir por 2 para obter o seguinte quociente. O resultado: a candidatura A obtém quatro assentos, a candidatura B dois assentos e as candidaturas C e D um assento cada uma. Uma distribuição que não corresponde a percentagem dos votos obtidos por cada formação: 35% para a candidatura A; 21,7% para a B; 15% para a C; 13% para a D; 8,3% para a E; 7% para a F. Diante desses dados pode-se ver a sobre-representação dos partidos majoritários em detrimento dos minoritários. E qual é a versão oficial que justifica esse procedimento? É uma fórmula que permite a formação de maiorias que propiciam

maiores facilidades na hora de formar governo, o que garante certa estabilidade (discrição?) no executivo, coisa que seria mais difícil de conseguir se tivesse que formar governo com uma ampla coalizão de partidos.

Com este pequeno resumo do procedimento eleitoral pretendemos evidenciar a falácia da representatividade com a qual se sustenta e legitima o poder político. Com isso não buscamos nem a reforma nem a confrontação por causas democráticas, já que são suas próprias fontes as que descansam sobre princípios de desigualdade e injustiça, princípios que ficam patentes em sua exteriorização através de um ordenamento jurídico imposto pela autoridade, já que não há outra forma de sustentar e legitimar este sistema: a obediência.

Tolerância, civismo e pensamento democrático

“Senhores: deem-se por satisfeitos que estes prejuízos tenham enraizado no povo, já que essa é sua melhor polícia. Conhecendo a impotência da lei – melhor dizendo, da força – tem feito dela a mais sólida de suas proteções. Mas tenham cuidado: tudo termina. Tudo o que é construído, edificado pela força e astúcia, a astúcia e a força podem demolir.”

Alexandre Marius Jacob.

Hoje mais que nunca, e sobretudo em um sistema democrático, tem inusitada vigência a velha máxima que dizia que os governantes tem como força última nada mais que a opinião, dado que a verdadeira força (por número, por capacidade e porque ninguém pode mandar se ninguém lhe obedece) pertence aos governados, ainda que estes não a usem quase nunca. É por este motivo que toda forma de domínio, das quais o Estado é mais completa, sendo a democracia sua articulação mais perfeita até o momento, há de assegurar de um modo ou de outro a adesão de suas/seus dominados para a sua própria sobrevivência. Este papel de “ganhar adesões” foi tradicionalmente reservado à propaganda (“uma mentira dita uma vez é uma mentira, mas dita mil vezes se converte em verdade”, dizia Goebbels, o infame ministro de propaganda nazista).

Na época em que vivemos e sob o sistema que nos submete (ou intenta) sofremos uma ditadura da propaganda e da imagem, através das já clássicas estruturas de doutrinação (como a escola e os sistemas de ensino, a família e o disciplinamento através do trabalho, a lei e as diversas ciências e medicinas), através dos meios de comunicação de massas (mercado e por sua vez a propaganda) que fazem com seus contínuos bombardeios de valores,

moral, ideologia, (des)informação... que nos posicionemos ao lado do sistema. Mas não contente com que nos posicionemos em seu favor, a dominação busca fazer-nos partícipes do mantimento de nossas próprias cadeias e dá uma nova volta no parafuso que adiciona a clássica propaganda que todo *stablishment* tem. Agora nos faz, ademais, seguidores de seu sistema, impulsionando em vez de freando nossa participação nele, criando uma espécie de fanatismo democrático que substitui, em um mundo globalizado, aos velhos e quase obsoletos patriotismos: o civismo.

Com o civismo se instaura a mentalidade, através da clássica propaganda do sistema, de defesa da democracia, não já como sistema, senão como forma de convivência, como complexo de valores respeitáveis e desejados por todxs. Assim, o bom cidadão que preza pela Ordem e o correto funcionamento da democracia, não pensa que está protegendo, por exemplo, um sistema de relações baseadas na submissão e desigualdade (isto é, que um/a deputadx, senador/a ou conselheirx que recolhe uma grande quantidade de dinheiro de nossos impostos e de nosso trabalho legisle, quer dizer, nos diga o que podemos e não podemos fazer, ou que um empresário nos explore por umas poucas migalhas). Não, o bom cidadão pensa que está

zelando por uma correta e harmônica convivência. Ou seja, que x colega da esquina não pode mijar na calçada porque deixa mal odor e não é um ato cívico, mas as fábricas nas que nos vemos praticamente obrigadxs a trabalhar – para poder ter o salário que nos permita subsistir – pode lançar no rio toda a merda permitida (se lança, mas não é bonito), que vem a ser geralmente a quantidade que essa empresa quer, ou a infinidade de carros que poluam as cidades podem reduzir a pó o ecossistema e nossos pulmões, que nada acontece, mesmo que prestemos uma democrática queixa ao conselho mais próximo em um bonito formulário azul claro (inclusive pode ser até bilíngue).

O civismo, que carrega potentes e aparelhados conceitos como a tolerância (tolerância com a opressão, mas não com a rebelião), ou a não-violência (a não-violência dxs indignadxs, porque da Policia ninguém se queixa, no máximo há queixas se algum policial se excede), é um mecanismo de interiorização da propaganda do sistema, no qual se participa ativamente mas apenas mantendo a ordem adequada, já que um excesso de participação pode chegar a ser perigoso ao refletir algo que o domínio teme: a iniciativa própria (se bem, dentro de alguns parâmetros e até um certo ponto a fomenta: iniciativa empresarial, etc.).

O indivíduo cívico deixa de ser indivíduo para converter-se em cidadão, independentemente de sua categoria social, do que ganhe, de onde viva, etc., ainda que, acasos da vida, quanto mais alto esteja no escalão social, mais cívico se é e mais “consciência social” se tem (logo, se essa consciência não serve nem para limpar o cu ou se é perfeitamente funcional aos desígnios do domínio é um pouco menos). O cidadão é o modelo do novo súdito e colabora para que tudo saia como planejado, pacificando com sua atitude policialesca (sempre em prol da “boa convivência”) as possíveis alterações da ordem, rupturas ou disfuncionalidades que ocorram no seio de “sua” linda comunidade.

No fundo o cidadão não é mais que um ser supersocializado que por medo e insegurança inculcados pelo sistema o defende com unhas e dentes, temerosos de suas próprias possibilidades e potencialidades, temerosos de tomar as rédeas de sua vida em suas próprias mãos, ansiosos de que x guiem, de que tudo aconteça como deve e totalmente curvados ao artificial. X cidadã/o é um ser temeroso que se aborrece com a violência explícita contra esta forma de vida porque não se atreve a exercê-la e porque teme outra vida possível, e por isso acaba convertendo-se em um/a submissivo seguidor/a da sutil violência do Estado (de fato se

aborreço com as ditaduras porque nelas a violência é mais brutal, menos camuflada, porque nas ditaduras o poder não se camufla, se exerce, já que essa é sua força, enquanto que nas democracias o poder trata de dissimular-se para exercer-se melhor e com mais comodidade).

Com o civismo a subversão ganha um novo inimigo. Se antes havia que lutar contra o Estado, as leis, a polícia, o capitalismo, a exploração, os patrões, agora com o civismo há de se lutar contra os cidadãos (inclusive muitas vezes literal e fisicamente). Certo é que neste mecanismo de interiorização da propaganda do sistema, esta forma de pseudo-participação em defesa da Ordem tende a rachar-se em épocas nas que as vacas magras pastam ao longe e nem tudo é tão bonito. Certo é que até o mais cívico pode repensar o tema quando não chega ao fim do mês. Mas a classe média muitas vezes se mantém em seu *status*, incivilizando-se mais geralmente xs que desceram no escalão social (ainda que devemos recordar que “estômagos agradecidos” e “trabalhadorxs lambe-botas” existem aos montes e as vezes são melhores cidadãos que um industrial). Seja como for, se o civismo e a propaganda falham, sempre estará a gloriosa guarda civil e suas 100.000 novas balas de borracha para continuar espalhando a democracia.

Controle social, família e democracia

... a percepção da autonomia do 'político' nas sociedades ocidentais é uma das dimensões ideológicas chave da modernidade ocidental: não algo que devemos tomar como um feito objetivo, senão um modo de representar as relações de poder que obscurece seus fundamentos sociais e sua maneira de funcionar na prática ...

John Gledhill

Não se pode analisar a democracia sem ser absolutamente conscientes que está profundamente atravessada por um sistema de valores que reforça todo o quadro de dominação.

Há uma legitimação de ordem moral para cada relação de poder, bem como uma legitimação moral para o poder em si. Existe uma forma de produzir criaturas dispostas a obedecer, criadas para isso, para não questionar e fazer o que está previsto para elas. Estas criaturas não são produzidas em fábricas e oficinas, senão no interior das famílias e logo nas escolas, que culminarão o processo de socialização baseado na submissão e adestramento de bons cidadãos, cívicxs e (auto)silenciadxs.

Se nos pusermos a analisar qualquer declaração de direitos (não porque lhes concedamos a mínima

validade ou legitimidade, senão para usá-las como o que são: manifestações mais ou menos explícitas das ideias e intenções do Poder), seja na Constituição espanhola, na europeia ou na Declaração Universal dos Direitos Humanos, veremos que além das proclamações da lei, digamos, pertencentes à esfera pública como poderiam ser os direitos políticos ou o direito à propriedade privada (e é aqui onde se encontra todo empenho do Estado e de suas forças de segurança), há direitos que se referem exclusivamente ao âmbito doméstico. Quer dizer, que desde o Estado se constroem, se prescrevem e se (de)limitam tanto as relações políticas, como as econômicas, e as interpessoais. Um dos direitos humanos se refere ao direito ao respeito da vida privada, do matrimônio e da vida familiar. Na Constituição espanhola, além de reconhecer o direito de todos os homens e mulheres para casar-se e formar uma família, explícita no art. 16.3 que “a família é o elemento natural e fundamental da sociedade e tem direito à proteção da sociedade e do Estado”.

Este ponto é chave: as mudanças na definição do público e do privado, vinculadas diretamente com as mudanças nas relações de gênero, podem ser impulsionadas por considerações de necessidades do Estado. A legalização do matrimônio homossexual,

por exemplo, não tem mais intenção que, por um lado, conter uma realidade que poderia constituir-se para além do normativo e, por outro, evitar a formação de realidades nas que a Democracia não tem nenhuma influência e, portanto, pode colocar-se em xeque de alguma maneira. A questão é controlar, mantendo em seu seio qualquer tipo de “diferença” e reforçando a imagem inclusiva e tolerante.

Na maioria dos casos o Estado não ganha nada de imediato com a sujeição das relações interpessoais, das mulheres e suas/seus filhxs, ou das famílias. Estas ações só ganham sentido como parte de uma análise da construção e consolidação do poder: a família bem ordenada como fundamento do Estado bem ordenado. E por mais que as fronteiras entre o doméstico e o público variem ou se movam, por mais que o legal, o socialmente aceito como família varie, o conceito permanece. O importante é que esse elemento natural e fundamental da sociedade siga sendo tão natural e tão fundamental, tão inquestionável e tão produtivo de seres produtivos para o Estado e o Capital. Porque para poder reivindicar o poder político, a referência deve parecer segura e estável, fora da construção humana e parte da ordem natural. Nessa via, a oposição binária público/doméstico, a família e o processo social de relações de gênero formam parte do

significado próprio do poder. Questionar ou alterar qualquer de seus aspectos pode resultar uma ameaça à totalidade do sistema.

Em todo caso, se a família falhar (sempre há gente rara, e famílias raras que não acabam de cumprir com a função que lhes foi designada...), junto com a criação do Estado moderno mediante a revolução francesa, aparece a ideia de uma educação pelas mãos do Estado. Até então, a educação se restringia às elites e se encontrava nas mãos da Igreja. Com a nacionalização de bens eclesiásticos em novembro de 1789, a educação passou para as mãos do Estado, e se converteu em uma ferramenta chave de controle social (da mesma maneira de quando se encontrava nas mãos da Igreja, mas em outras direções). O principal objetivo da escolarização obrigatória foi formar novos homens, cidadãos republicanos formados nos valores da nova ordem social. Seguiu existindo uma formação para a elite, que formava os quadros para esse novo sistema de organização social. Mas todas as crianças foram imbuídas desses novos valores, foram socializadas em novas ideias políticas, e inclusive essa escolarização pretendeu integrar as diferentes regiões em uma só identidade nacional. A formação do Estado liberal foi estreitamente ligada à criação de sistemas educativos

nacionais, pois estes legitimaram e ajudaram o desdobramento do mesmo.

A função da escola hoje em dia segue sendo a mesma. Segue existindo uma formação para a elite, provavelmente provida de uma educação técnica superior (maior aprofundamento e especialização) e uma formação para a plebe, em forma de escolas públicas. Seja qual for o caso, a escola segue sendo o funil por onde todas as crianças tem que passar, porque tampouco se pode esquecer que a escola existe também para fornecer para pais e mães um lugar onde depositar xs filhxs enquanto trabalham, uma espécie de estacionamento para poder chegar ao fim do mês e o sistema não ter que deixar de produzir. As opções de educação sem escolarização são gravemente limitadas pelas necessidades econômicas por um lado, e pelo Estado, que exerce uma forte pressão em forma de pressão legal e social e, sobretudo, em forma de assistências sociais. Mas também é importante mencionar que existem opções e que há redes de apoio entre quem, por razões que sejam, não querem que as crianças tenham que sofrer a dita escolarização.

Na escola as crianças aprenderão coisas tão úteis para o dia de amanhã como calar enquanto se veem obrigadas a escutar em silêncio e sem brincadeira, obedecer professor/a e ao grupo, limitar seus

impulsos e necessidades. Se alguém encontra meio lógico que uma criança de 6 anos passe mais de 5 horas diárias sentada em uma cadeira em vez de correndo, jogando e explorando seus limites, que se o faça observar, porque ou bem não se lembra de si mesmo quando frequentava a escola, ou é um claro exemplo de supersocialização. Que aprender a ler ou escrever pode ser algo útil, e que fazê-lo pode ser agradável, é possível, mas há mil formas de aprendê-lo; e este argumento não está em desacordo com o fato que na escola ao que se aprende é obedecer e acatar os valores democráticos, isto é: obediência; resignação; relações interpessoais baseadas na competição, liderança e submissão; negações das próprias potencialidades e impulsos em prol daquilo socialmente aceito e exigido.

Para as crianças que não se adaptam à escola, existe o Ritalin, um medicamento derivado das anfetaminas, que se dá em casos de hiperatividade (quer dizer, quando a criança incomoda em classe porque não pode ou não quer ficar quieto). Igual aos adultos que se drogam com Prozac quando deprimidos ou ansiosos, e também incomodam as pessoas à sua volta por não estar feliz e contente...

A especialização

A especialização consiste basicamente em um modelo de organização daqueles agentes (humanos ou não) que estão na cadeia de produção e que se encarregam de uma parcela concreta da linha de elaboração de um produto. É necessário influenciar tais linhas de criação de um produto, não tem porque ser meramente materiais, mas também podem abarcar áreas relativas ao mundo das ideias. Tal seria o caso da pesquisa e divulgação, que formam as etapas prévias e futuras do produto propriamente dito.

Pode-se dizer, pois, que o objetivo claro que se persegue utilizando a especialização é otimizar os processos econômicos mediante a divisão do trabalho. A filosofia que acarreta tudo isso é que quanto mais delimitada está a parcela em que se desenvolve a divisão do trabalho, mas precisa e polida será sua execução e portanto tenderá a maior rentabilidade do produto.

Mas este processo não está alheio às estruturas sociais, senão que melhor as alimenta e se nutre delas em uma retroação com uma influência muito grande na sociedade e sua formação.

É evidente que estamos em um sistema eminentemente econômico (capitalista) em que

muitas das regras são para garantir um marco apropriado para seu desenvolvimento, adequando tais estruturas sociais ao sistema econômico. Do que se deriva que a política e o sistema econômico estão intrinsecamente ligados. Que, não sem ajuda dos Estados, fornecem o substrato necessário para o desenvolvimento do sistema global e sua morfologia associada.

É aqui onde voltamos a uma das evidências da existência do entrelaçamento antes mencionado, a especialização. Porque se observarmos à nossa volta, as pessoas trabalham e se desenvolvem em setores muito específicos. Nota-se o aumento de especialistas, entre outras coisas, porque se abrem campos com muita rapidez, devido em grande medida ao aumento da técnica, observando-se uma nova retroalimentação: a técnico-especialização.

É evidente que está acontecendo uma aceleração no desenvolvimento da tecnologia. É sabido por todas as pessoas que habitamos nesse sistema que agora os progressos tecnológicos se dão a passos largos. Este aumento tão desorbitado da tecnologia tem sua explicação no desenvolvimento (em ritmos similares) da técnica. Seu aumento implica uma geração de campos que devem ser investigados por novos especialistas que por sua vez, graças a sua formação tão específica, conseguirão aprofundar

mais no tema, gerando mais técnica suscetível de ser aproveitada pelos processos tecnológicos e ser dispostos no mercado capitalista.

A relação com as estruturas sociais e a política, já foi mencionada anteriormente: as necessidades econômicas impulsionam o sistema político a legislar de tal maneira que seja propício o substrato onde desenvolver-se. E, completando a bijeção, o sistema político se nutre do capitalismo para manter a ordem social que permite que o estado das coisas, em cálculo geral, siga como está, sendo esta a maior garantia para a continuidade do estrato social em sua hegemonia do poder.

Estamos em um sistema em que cada qual se ocupa de uma parte muito concreta do quadro produtivo. Criando uma dependência maior à medida que aumenta a especialização, já que sem a entrada do especialista, não se poderia ter acesso àqueles produtos cuja necessidade o sistema publicitário já encarregou-se de inculcar-nos. Deste modo, se está produzindo um isolamento dos indivíduos em prol de uma dedicação muito grande de energias e recursos vitais para o espaço da roda de produção em que se localiza, enquanto dependência por não compartilhar esses tempos, esforços e aprendizagens. Estabelecendo assim estruturas sociais de um alto grau de especialização-dependência, em todos os

âmbitos do sistema, com o que se gera uma necessidade de ter classes dirigentes, de pessoas especializadas em governar. Este é o sedimento que causa a especialização na mentalidade democrática. O que sem alguém especializado em guiar, isto afundaria. E este sedimento cria uma necessidade de conforto, de confiança cega, ... ao fim e ao cabo, a especialização está legitimando a delegação. O que como pessoas nos amputa, nos desmembra e diseca, tornando-nos inúteis como indivíduos, mas dando-lhe com essa inutilidade cada vez maior força a um sistema que se nutre dessa especialização-delegação-dependência para lubrificar-se e caminhar cada vez mais forte e melhor.

Por isso é necessário a autogestão em contraposição ao explicado. É vital o amplo conhecimento do meio, para interconectá-lo, para fazer conjecturas desde o global ao particular, não do particular ao particular, o que nos limita enormemente a perspectiva, o que nos limita irremediavelmente como seres livres. Sendo conscientes de que não se pode abarcar tudo, tal como o muito, mas que o exclusivo, não o queremos. Porque somos muito mais do que nos condicionam a ser. Porque a vida não consiste em fazer progredir uma entidade chamada sistema ao que se serve. Porque apenas sendo conscientes de nossos limites

naturais, poderemos ser capazes de romper com os artificialmente impostos por uma democracia-capitalista, que se ampara em alguns Estados para a perpetuação de um poder pelos anos e anos.

Se fossemos capazes de acabar com a especialização e a atomização como indivíduos que isso supõe; se fossemos capazes de sublevarmos a essa ordem estabelecida que nos reduz a âmbitos concretos, que não nos deixa expandir os braços, os pulmões e a mente; se fossemos capazes disso... começariamos a notar tudo que não nos deixaram ser; começariamos a caminhar livremente e em paz ... até então, para consegui-lo, luta!

OS ROSTOS POR TRÁS DA DEMOCRACIA

Todo regime de domínio está orientado em benefício de quem esteja no poder, portanto a forma de organizar a vida política se limitará a estes termos, tentará a todo custo estruturar o funcionamento do aparato social em função de seus interesses, quer dizer, seu principal objetivo é que tal regime seja proveitoso para quem o dirige, tanto no plano político (imposição efetiva de sua autoridade) como no econômico (controle de recursos, tornar a população dependente da influencia do dito regime), buscando aumentar seu poder e influência e mantê-los no tempo. O sistema capitalista obviamente é rentável para as elites econômicas que o dirigem, portanto o sistema econômico se organizará baseado na obtenção do maior benefício de quem mais tem, xs grandes empresárixs, já que isso favorece o conjunto de mercados, tal e como está estruturado o contexto no qual se decidem os assuntos econômicos. Enquanto que o aparato político, a democracia (s.f. *governo dxs demagogxs*) está orientado a controlar a população além de manter e expandir seu modelo de dominação, esse sim, mediante protocolos democráticos (danando-se a mentir), em benefício de quem dirige a política, xs

profissionais da demagogia. Seu objetivo é que se faça o que elxs dizem, o que se busca é que tanto o regime de governo como o chamado “diálogo social” se estruturam nos termos que elxs decidam, que se faça *política* a sua maneira.

Portanto se pode fazer uma divisão entre duas elites de poder com interesses complementares, uma política e outra econômica. Dado uma série de condicionamentos históricos, hoje em dia os Estados com maior poder econômico são democracias, portanto, o sistema democrático tem demonstrado ser o que mais favorece ao modelo de desenvolvimento de caráter capitalista, já que desenvolve sua atividade legislativa com base nas necessidades do empresariado e facilita a legitimação de ordem econômica, considerando enriquecer-se à custa da exploração de iguais e da natureza, não como uma das piores infâmias que alguém possa cometer, senão como direito ao que somente poucxs, dentre muitxs, podem aceder.

Funcionamento do sistema econômico

Desde a implantação do capitalismo como regime econômico e modelo de desenvolvimento a nível global, o que define a evolução dos diferentes Estados (seu nível de desenvolvimento, de

competição com outras potências...) é a obtenção dos maiores ingressos possíveis a fim de fortalecer suas próprias economias. Quanto maior seja a circulação de capital dentro de um Estado, maiores cotas de poder alcançará na grande economia do mercado globalizado. A lógica que rege o desenvolvimento de um Estado é o constante *crescimento econômico*, quer dizer, é que as mercadorias e transações econômicas que circulem ou se realizem em seu território possuam cada vez maior valor, independentemente de que sejam as mesmas todo o tempo (moradia, alimentos, transporte, renda, salários, empréstimos...), responde à dinâmica suicida do mercado capitalista, onde o importante é obter o maior rendimento econômico dos objetos que explora, produzir a maior quantidade e vender quanto mais, melhor, e o mais caro possível.

Os bancos, as empresas e os Estados são os protagonistas deste jogo de poderes, cada um com suas condicionantes específicas, e não respondem a outra ética que não a do *mercado competitivo*, somente buscam ampliar o máximo possível sua influência e tirar o maior proveito de tudo o que passe por suas mãos.

Sirva como exemplo a venda de armas e recursos militares. Quem nunca perde as guerras são quem produzem e vendem o necessário para fazê-las.

Empresas espanholas tão respeitáveis como *Hispasat* (que não se dedica somente a TV e a telefonia), *Indra* (sob o eufemismo de vender “novas tecnologias e material informático”), *Ibérica del Espacio*, *RYMSA*, *CESCE* (companhia de seguros que faz possível a exploração de armas garantindo os pagamentos incluindo-os na dívida externa do país comprador), entre outras, são as que dirigem este negócio, com presença em âmbito internacional e financiadas por importantes bancos e poupanças (*BBVA*, *Caja Madrid*, *BSCH*, *Barclays*, *Caja Castilla la Mancha*, *BBK*, *Caja San Fernando*, *Ibercaja*, *Banesto*, *Banco Sabadell*, *Banco Pastor*, *Deutsche Bank*). Também recebem o apoio do Estado em forma de investimentos em pesquisa e desenvolvimento, entre outras contribuições mais descaradas, como *orçamentos militares*, já que compartilham o mesmo interesse expansionista. Hoje em dia as guerras estão mais ligadas a um contexto econômico, à posse e exploração dos recursos naturais, mais que à lógica territorial de invadir os vizinhos.

Para quem dirigem o mundo lhes é muito conveniente apoiar esta controvertida indústria, quer dizer, colaborar para que se produzam e vendam quantas mais armas melhor, ainda que acabem em mãos de eventuais inimigos, para assim fechar o

círculo e que possam seguir gerando guerras indefinidamente.

Este setor jamais conheceu crises. Sempre se mostra rentável investir em guerras, destruição e morte, sobretudo quando se tem ao seu lado o maior potencial bélico que jamais existiu (EUA, OTAN...), alguns fabricam armas e outros as gastam para seguir jogando moedas que a máquina sempre dá prêmio. Isso sem contar com que as empresas que tenham patrocinado o massacre logo serão as encarregadas de reconstruir o que foi arrasado, rentabilizando ainda mais a guerra e refortalecendo o sistema de mercado. Para isso, os próprios Estados e organismos mundiais lhes concederão “direitos especiais” de exploração de pessoas e recursos na região, as contratando para reconstruir indústrias, e demais concessões que lhes ajudarão a acumular mais capital e a democratizar infieis, uma vez, quase literalmente, reconstruída a região.

Também vale como exemplo a exploração quase sem medida dos recursos naturais, em busca da maior rentabilidade que se possa tirar do entorno sem importar o impacto que se possa causar, seguindo a lógica de mercado que somente busca seu crescimento contínuo e ilimitado sem importar as consequências: destruição de ecossistemas inteiros e o esgotamento de recursos para satisfazer a

necessidade de matérias primas aos diferentes setores industriais.

Ou também a imparável construção de centrais energéticas (centrais petrolíferas, térmicas, nucleares, hidroelétricas, de represas...) para satisfazer a crescente demanda da imparável indústria e buscar saída à ameaça de *crise energética*, causada pelo uso sem medida do petróleo como motor da produção industrial, e a manutenção do atual modelo econômico de consumo infinito, produzir para gastar produzindo mais, produzir para poder comprar, usar e tirar, para necessitar produzir mais para poder comprar mais...

O império do mercado, ao amparo das leis dos Estados (que o apoiam e nos que se apoia), se apoderou dos recursos naturais, recursos que são o próprio planeta, e que deveriam estar ao alcance de todos. E se apropriam para logo vendê-los a preços cada vez mais altos a quem não os possuem e dependam deles.

Estes recursos se encontram principalmente em países com economias destruídas (América Latina, África e Ásia), empobrecidas durante o processo de desenvolvimento dos mercados ocidentais, apesar de serem os que mais matérias primas produzem para as economias *desenvolvidas*. Nestes termos a dinâmica de mercado é depredadora, ainda que seja evidente o

esgotamento dos recursos energéticos, esta indústria aumenta ano após ano sua produção, sendo uma das que mais provoca devastação no ambiente natural para alimentar-se, modificando canais de rios (dessecando regiões inteiras nas que antes chegava a água), emitindo de forma permanente gases contaminantes (a produção não para), pondo em risco populações inteiras frente possíveis acidentes irreparáveis... Neste setor operam empresas como *Iberdrola*, que gerencia diferentes centrais nucleares e térmicas, espalhadas por todo o país, além da exploração e venda de gás natural, tem presença em mais de 28 países. É controlada pela construtora ACS (que por sua vez é controlada pela *Corporación Financiera Alba*) seguindo em poder de voto o banco *BBK*; *Repsol YPF*, por sua parte se dedica à extração, refinamento, transporte e venda de petróleo e gás. Quem o controla sendo sua principal acionista é a construtora de tudo (estradas, residenciais, edifícios oficiais...) *Sacyr Vallehermoso* (relacionada com o banco *SCH*), seguida de *La Caixa*. Está presente em 30 países, é considerada uma das petroleiras com maior peso internacional e a maior companhia privada energética na América do Sul. É um dos principais responsáveis pela deterioração do Amazonas, uma das causas mais frequentes são os vazamentos de seus oleodutos, mas também se dedicam a

contaminar águas ou expulsar indígenas de suas terras no Peru ou invadir *áreas protegidas* sob o amparo de governos; outra destas empresas é *Endesa*, que se dedica a energia elétrica, telecomunicações e novas tecnologias, está controlada por *ENEL* (uma empresa da Itália) e opera em outros 10 países. É responsável em grande medida pela destruição da Patagônia chilena; *Gas Natural Fenosa* (propriedade de *Repsol* e *La Caixa*) dedicados ao gás e a energia elétrica com probleminhas deste estilo na América Central e América do Sul. Deixamos o destino dos recursos do planeta nas mãos de empresas tão responsáveis como estas, e com valores tão éticos como apropriar-se de tudo para enriquecer. Cada ano a indústria contamina mais, já que a cada ano se produz mais, o que se pretende com medidas *ecológicas* como o *tratado de Kyoto*, é que se siga contaminando cada vez mais, mas a um ritmo mais lento, já que o que interessa é assegurar o crescimento das grandes capitais, mais que conservar as condições que fazem o planeta habitável (*Greenpeace*, *Los Verdes...* investem na bolsa), o capitalismo é insustentável de todas as formas.

Medicamentos, alimentos, casas, roupa, ócio, drogas, mão-de-obra, condições de exploração... Tudo vale, se é para ganhar dinheiro, tudo serve para

comercializar e cada mercado tem seu contexto, o funcionamento das *sociedades modernas* exige que de tudo se faça negócio, que tudo seja recuperado e absorvido pelo mercado, que seja mercadoria para que gere valor nos termos impostos, o jogo em quem sempre ganha é quem tenha mais poder e esmaga os mais fracos.

Interesses compartilhados das elites do poder

Por sua parte, os governos além de garantir seus próprios interesses, aliam-se com outros sistemas de dominação neste contexto, o econômico, para garantir por um lado sua proeminência e por outro a rentabilidade dos negócios de suas/seus sócios e vice-versa. Não é de se estranhar que o que faz poderoso um Estado sejam as movimentações de capitais privados estabelecidos em seu território, já que a competição a nível internacional se mede nesses termos (além do potencial bélico, aliados, etc...), estimando quão rentável pode ser determinado modelo de governo ou outro. Isto mostra para quem o Estado governa e como as leis que administra estão em favor das diferentes elites do poder (não só o econômico) das que os próprios governantes fazem parte, oferecendo a suas/seus

colaboradorxs a capacidade de atauar sob o amparo da lei, ao ser elxs quem a ditam.

Na península, entre 1970-80, se deu um período de prosperidade econômica ao abrir-se o Estado para novos mercados após a ditadura. Havia mais trabalho, mas ao mesmo tempo as mobilizações trabalhistas recuperaram forças por todo o país, pondo em risco aos grandes capitais que podiam ver-se prejudicados pela situação, por isso se adaptaram à forma do *Estado de bem-estar*, empregada em economias desenvolvidas da Europa para alcançar a chamada *Paz Social*, se tinha que fazer x trabalhador/a perceber-se coparticipe dos benefícios que o sistema econômico produzia em vez de buscar outras vias mais prejudiciais aos mercados como a revolução. Para isso os sindicatos, em favor de sua influência política, venderam todas as reivindicações trabalhistas, inclusive as mais “*revolucionárias*”, em troca de benefícios sociais garantidos pelo Estado, tais como o *Seguro Social*, pensões, seguro desemprego, planos de ajuda... Assim xs grandes magnatas se viram obrigadxs a repartir uma ínfima parte de seus benefícios, para evitar que xs trabalhadorxs se rebelassem. Desta forma se conseguia resolver a sociedade de consumo aumentando os salários, dando maior protagonismo aos sindicatos como mediadores oficiais de conflitos e

tornando mais acessível bens de consumo antes à disposição apenas das minorias privilegiadas (novas tecnologias, viagens ao Caribe, carros caros...).

Ao aproximar-se a década de 1990 aconteceu que a massa trabalhadora já estava domesticada, já não ameaçava esse conflito social, com o terror gerado pelo crescente desemprego (fruto do declínio desse anterior período de prosperidade, os mercados alcançaram o teto) e destruídas as redes trabalhistas de solidariedade (substituídas pelo Estado), x trabalhador/a passou a ver seus semelhantes como competidorxs no mundo do trabalho, seu objetivo passou a ser o de preservar o emprego ainda que lhe custasse a própria dignidade. Após ser vendida pelos sindicatos, a classe trabalhadora, ficou dividida e democratizada. Começou a etapa do *neoliberalismo* (globalização, deslocamento de indústrias, interdependência de capitais, novas tecnologias...), o Estado já não tinha porque seguir assumindo gastos inúteis, x trabalhador/a já não supunha uma ameaça, os sindicatos cumpriram bem o seu papel, começaram a ocorrer graduais políticas de cortes (saúde, pensões, educação...). Ano após ano as diferentes reformas no âmbito do trabalho tem seguido a dinâmica de reduzir estas concessões à população, em proveito dos grandes capitais (temporalidade, convênios abusivos, pouca oferta de

emprego para que haja mais demanda e seja mais barato comprar trabalhadorxs...) tornando mais penosas as condições de exploração e reduzindo o que chamaram em seu momento *direitos conquistados*.

O funcionamento do modelo capitalista passa por etapas periódicas de crises, em função dos diferentes ciclos econômicos: *Grande Depressão 1929, Primeira Crise do Petróleo (1973-75), Segunda Crise do Petróleo (1980-82), Crise Asiática 1997, Crise da Internet 2001 (a bolha virtual), Crise Financeira de 2008* (gerada pela bolha imobiliária e o colapso das hipotecas), causadas porque não contam os objetos em si, senão o valor que tem no mercado, e que tende a saturar-se devido o fato de que todxs querem produzir o máximo possível para vender mais, até que chega um momento em que não se pode comprar e os mercados caem, as economias se afundam devido sua interdependência, à espera de encontrar novos mercados para o qual expandir e tornar a esgotá-los – as guerras podem ser o recurso mais empregado para sair destas crises já que permitem reconstruir os mercados. Passando assim por sucessivas etapas de auge, superprodução, crise, estancamento e reativação, até consumir tudo vendível, por isso se recorre às privatizações, aos cortes, o barateamento de demissões para o deslocamento de indústrias

(para países com ótimas condições de exploração para o empresariado) e demais políticas neoliberais em períodos de crise.

O funcionamento deste modelo econômico competitivo leva ao esgotamento de todo recurso existente, não se pode permitir reduzir a produção em nenhuma de suas indústrias para não acabar com o planeta em um ritmo cada vez mais rápido (embora gere desperdícios e despesas), já que isso seria contra a dinâmica de seu funcionamento e provocaria da mesma forma a queda do *Mercado de Valores* que teria que reativar-se para ganhar a confiança de seus investidores, esgotando um novo recurso. Lembramos que o dinheiro não se come, que seu valor é imaginário e que não é um recurso que tenha sido dado a todos por igual, já que a maior parte das fortunas são herdadas ou senão roubadas. É bastante preocupante que seja um objeto de desejo e que se decida o destino da humanidade com base nele.

Segundo o desenvolvimento dos diferentes ciclos econômicos que a economia atravessa, o governo decidirá as políticas econômicas que toda a população sofrerá, de acordo com os valores especulativos manipulados no *Mercado de Valores*, esses números pequeninhos que aparecem no canto inferior da tela durante o noticiário, sobre os quais os comuns mortais não temos nenhuma

capacidade de influenciar, mas que marcam nosso destino. Em função do que ganham ou percam as empresas mais influentes, será aplicada determinada política econômica ou trabalhista, dependendo de como vai o *IBEX 35*, que é o principal índice de referência da bolsa espanhola, formado pelas 35 empresas mais poderosas do país. Estas empresas são, em abril de 2011:

Abengoa, Arcelor Mittal, Abertis, Grupo ACS, Acerinox, Acciona, S Amadeus, BBVA, Bankinter, Bolsas y Mercados Españoles, Critería CaixaCorp, Endesa, Ebro Foods, Enagás, FCC, Grupo Ferrovial, Gamesa, Gas Natural, Grifols, International Airlines Group, Iberdrola, Iberdrola Renovables, Indra, Inditex, Corporación MAPFRE, Obrascón Huarte Lain, Banco Popular, Red Eléctrica de España, Repsol, Banco de Sabadell, SCH Banco Santander Central Hispano, Sacyr Vallehermoso, Telefónica, Técnicas Reunidas y Tele5 Mediaset España Comunicación.

As políticas do governo beneficiam o mercado, mas que benefícios tiram as diferentes formações políticas desta relação? Os bancos oferecem créditos aos partidos políticos para financiar suas campanhas eleitorais e logo lhes é perdoada a dívida contraída, se estima que dentre todos os partidos que estão no

parlamento se devem uns 144.000.000 de euros aos bancos e ainda assim cada vez que ocorrem eleições não deixam de receber novos créditos. E porque os bancos apoiam tão descaradamente os partidos políticos se em teoria só lhes interessa ganhar dinheiro? Porque assim compram sua influência nas decisões que os políticos impõem, a maioria das reformas que os políticos planejam beneficiam aos grandes capitais, veja-se a última reforma trabalhista (2011), o barateamento de demissões, o novo plano de pensões, o aumentar cada vez mais a idade para aposentadoria, as novas condições para negociar acordos trabalhistas, a *injeção econômica* de 2009 para reativar a economia, esses mais de 30.000.000.000 de euros dados aos bancos e que em seguida os mantiveram (e nem reativar a economia nem nada) e outros tipos de concessões, quer dizer, que os deixem fazer...

O governo lhes oferece sua permissão para enriquecer-se à nossas custas e eles beneficiam o governo, e mais, aplicam regulamentações como o SIVAC (Sociedade de Investimento de Capital Variável) que oferece vantagens fiscais aos seus membros, somente grandes capitais, os principais empresários (que nunca trabalharam), que lhes permite pagar menos impostos porque movimentam

mais dinheiro, para que façam flutuar maior capital e a economia cresça.

Também terá algo a ver com a presença de influentes polítixs dentro do mundo empresarial, que conseguem trabalho de assessorxs de importantes empresas sem ser necessário que tenham sequer ideia do que assessoram? Estes cargos são recompensas (que garantem saldos milionários, só para cobrir o posto vago, não é preciso trabalhar) como pagamento por favores feitos durante sua gestão política:

Felipe González na *Gas Natural Fenosa*,
José María Aznar em *Endesa*,
Manuel Marín em *Iberdrola*,
Virgilio Zapatero na *Caja Madrid*,
Eduardo Zaplana na *Telefónica*,
Luis Atienza na *Red Eléctrica*,
Rodolfo Martín Villa em *Sogecable*,
Braulio Medel em *Unicaja e Iberdrola*,
Javier de Paz na *Telefónica y Mercasa*,
Pío Cabanillas em *Acciona*,
Rodrigo Rato na *Caja Madrid (Bankia)*,
Narcís Serra na *Caixa Catalunya*,
José Antonio Ardanza em *Euskaltel*,
Rafael Arias Salgado no *Carrefour*,
Joan Piqué em *Vueling*,

Josu Jon Imaz na *Petronor*,
Miguel Barroso em *La Sexta*...

Alguns exemplos de quem se escondem por trás dos grandes capitais

A família March: este clã familiar enriqueceu com o contrabando, o monopólio do tabaco e financiando o levantamento de Franco (sorte para elxs que ganharam). *Banca March* é o banco privado da família, um dos principais grupos bancários do país, controla com 34% das ações a *Coporaçión Financeira Alba*, que participa como principal acionista em numerosas empresas de grande peso nos mercados (não só nacionais) como *Acerinox*, *Prosegur*, *Indra*, *Carrefour* ou o grupo *ACS* que investe em diferentes setores econômicos através de outras empresas como *Abertis* (estradas e infraestrutura), *Hochtief* (construção), e *Iberdrola* (em energia) e é dono de muitas outras empresas derivadas (*Dragados*, *Urbaser*, *Clece*, *Continental Auto*...) entre outras, controla empresas relacionadas com os meios de comunicação como o grupo *PRISA* (a nível nacional) e o grupo *HAVAS* (a nível internacional).

Grupo Santander Central Hispano (SCH): desde 1909, o banco *Santander* é dirigido por membros da

família Botín, em 1986 comprou *Bankinter* aumentando desta forma sua influência nos mercados internacionais. Mais adiante, após o escândalo de Mario Conde (no *Banesto*, que foi condenado por ficar com o dinheiro do banco para ele) o *Banco de España*, nesse momento presidido por Luis Ángel Rojo, ordenou a interdição do *Banesto* para vendê-lo em leilão, que acabou nas mãos do *Santander*, após ter-lhe concedido pouco antes, o mesmo *Banco de España*, um crédito superior ao que pagou por *Banesto*, vemos que o presentearam. Em 2005, como recompensa por seus favores, Luis Ángel Rojo (depois do cargo) foi nomeado *conselheiro externo independente* do banco *Santander* (cobrando mais que um pedreiro), sem sequer ser acionista do grupo, o que é um requisito para ocupar este cargo, também o foi, da mesma forma, no mesmo cargo de conselheiro na *Corporación Financiera Alba*, por fim morreu em 2011... com a aquisição do *Banesto*, o banco *Santander* se tornou acionista de *Antena 3*, que acabou controlada pelo *Grupo Planeta* (graças ao apoio financeiro de *La Caixa* e *Santander*). Em 1999, o *Santander* se fundiu com o *Central Hispano*, controlando assim grande número de bancos, empresas e meios de comunicação em escala internacional. *SCH* tinha em 2004 membros de seu

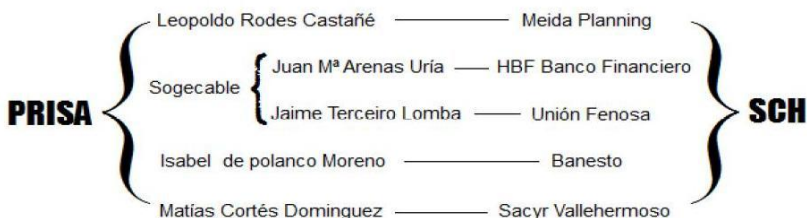
conselho de administração espalhados em conselhos externos em todo tipo de empresas:

Unión Fenosa, CEPSA, FAES Farma (lembra-se da epidemia de “Gripe A” em 2009 que foi uma farsa para vender mais medicamentos?), Inmobiliaria Urbis, Pescanova, IBM, Cortefiel, Indra (armas), Corporación Financiera Alba, Campofrío, Mutua Madrileña Automovilística, Telepizza, Grupo Televisa (principal grupo televisivo da América do Sul), Auna, SICAV, M&B Capital Advisers, Grupo Masaveu, Inditex, Grupo Matutes, Legal & General Group, Pearson Group, Glas Cymru, British Land, San Paolo IMI, Assicurazioni Geneall y Shinsel Bank...

Quem dirige este monstruoso aparato econômico é Emilio Botín, que tem membros da família disseminados por montes de conselhos de administração, esta abominação tem influência em mais de uma dezena de países (sobretudo na América do Sul). Tanto Botín como a direção do *SCH* sofreram aberturas de processos judiciais, tanto no *Tribunal Supremo* (o julgamento não se realizou), como na *Fiscalização Anticorrupção* (por delitos fiscais) e todos os processos tem sido arquivados, saíram impunes. Terá algo a ver com sua boa posição na sociedade, já

que o *SCH* é um dos bancos com mais peso nos mercados internacionais?

Grupo PRISA: notavelmente influenciada pelo *SCH*, atualmente sua maior acionista é a empresa americana *Liberty Acquisition Holding* (donos da cadeia *Fox* e importantes firmas esportivas, também dedicados ao petróleo, imobiliária, negócios corporativos... *tubarões* experientes nas bolsas norteamericanas), segue em influência a empresa da família Polanco. Dentro do conselho administrativo de *PRISA* estão executivos de diferentes bancos como Juan Luis Cebrian (*Bankinter*), Isabel Polanco Moreno (*Banesto* e *SCH*), Gregorio Marañón e Beltrán de Lis (*SCH*), família Del Pino (*Banesto* e *SCH*), com maior presença do *SCH*. Em 2004 os principais vínculos entre os conselhos de administração de *PRISA* e *SCH* eram:



Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (BBVA): O BBV foi fundado graças ao financiamento da principal oligarquia econômica basca, o grupo de famílias Neguri (Ybarra, Zubiría, Muguruza, Lipperheide, Delclaux...), clã empresarial controlado pelas famílias mais poderosas do panorama industrial. Em 1988 se fundiu com o banco *Argentaria* que se deu conta dos enxertos nas contas do BBV e ao final, o presidente do *Argentaria*, Francisco González, que compartilha a direção do *BBVA* com Emilio Ybarra (*BBV*), ficou sozinho com a presidência do banco. Mas Ybarra não ficou sem trabalho, passou a ser presidente do grupo *Vocento* (também controlado pelo mesmo banco).

BBVA, de grande peso em âmbito internacional, é o principal acionista da *Telefónica*, também um dos principais investidores da indústria armamentista, tanto que inclusive é investigado por não cumprir os tratados europeus sobre venda de armas (que é permitida, mas não é para extrapolar, que prejudica aos mercados) e controla o segundo banco do Estado colombiano e o primeiro do mexicano aproveitando-se da situação de crise econômica permanente destes países e responsável, entre outros, pela fuga de capitais, do famoso “*corralito*” nos bancos argentinos. Também foi investigado pelo *FBI* por suas relações com o narcotráfico (lavagem de dinheiro através da aquisição do *Banco Ganadero*, nas mãos dos

beneficiários do comércio de droga na América do Sul, que não sabiam como explicar tanto dinheiro que tinham), e pelas *Audiência Nacional* e a *Fiscalização Anticorrupção* (pelo mesmo de sempre que todos os bancos fazem). Sabe-se que possuem paraísos fiscais espalhados em 13 países com políticas fiscais mais favoráveis aos seus interesses, utilizando diferentes sociedades. O principal acionista do *BBVA* é Manuel Jove, membro fundador da imobiliária *FADESA*, dedicada entre outras coisas à construção de recintos turísticos no Marrocos, também é a responsável pela maior suspensão de pagamentos a suas/seus trabalhadorxs na história da economia espanhola e acusada de lavagem de dinheiro (sempre é melhor ganhar mais que o permitido).

Vocento: controla diferentes meios de comunicação: *ABC, Inversión, El Correo, Qué!, Diario Vasco, El Diario Montañés, Diario La Verdad, Ideal, HOY, SUR, Diario la Rioja, La Voz, El Norte de Castilla, El Comercio, Finanzas.com, Colpisa, 10, alava7, teledonosti, bilbovisión, tve, Punto Radio...* Entre *PRISA* e *Vocento* controlam mais de 50% dos meios de comunicação do país, é controlado pelo *BBVA*, através da família Ybarra. Tanto *Vocento* como *PRISA* sofrem perdas milionárias, mas precisam associar-se com empresas e bancos para seguir funcionando

como negócio, apesar de não ser rentável, em termos de benefícios, em compensação se mostram muito produtivas por gerar outro tipo de mercadoria, *opinião pública*, portanto estão controlados pelos principais grupos empresariais, que não permitem que se difunda informações que possam lhes prejudicar (que se fale mal deles nem de suas amizades) o que lhes interessa dos meios é a *opinião pública* que geram (valores democráticos compatíveis com o mercado) e os anúncios que podem vender, em função disso serão recompensados em maior ou menor medida.

Na maioria dos casos as empresas podem funcionar como *grandes máquinas nas que os chefes não são mais que simples peças que se podem substituir se não cumprem bem sua missão*. Portanto não é habitual que sejam patrimônio de famílias. Sabe-se que muitas destas informações não se pode chegar a conhecer completamente, já que uma empresa pode chegar a ser controlada mesmo com menos de 5% de suas ações e é a partir desta cifra quando se declara em bolsa, e logo também estão as empresas candidatas, colaboradoras em conselhos de administração ou diferentes sociedades, que com diferentes nomes são controladas indiretamente por grandes empresas.

Conclusão

Dado que a ordem econômica mundial é o mercado competitivo de caráter capitalista, o desenvolvimento das sociedades modernas se baseiam no enriquecimento desmedido, todxs querem aproveitar-se de todxs, o afã do lucro é um valor socialmente aceito, quando o que fomenta é a exploração e a desigualdade. É necessário superar esse tipo de mentalidade se se quiser alcançar alguma mudança nesse sentido, atacando não somente as elites econômicas que se beneficiam deste regime capitalista, senão a sociedade de consumo que o alimenta e ao modelo de desenvolvimento unidirecional que impõe.

Na vida que nos tem imposto querem fazer-nos acreditar quão necessários somos para que as coisas caminhem bem, que inclusive podem melhorar para nós, que uns poucos podem ser salvxs! (calcula-se que 80% da população mundial passa fome), nos permitem endividar-nos, hipotecar-nos, trabalhar para elxs, e comprar-lhes muitas coisas, é o que nos tem dito desde pequenxs que é a *qualidade de vida*, e assim com nossas limitadas aspirações podemos fazer com que a máquina siga funcionando, nos tem feito acreditar que nesse jogo as regras são iguais para todxs, mas isso é falso porque umas/uns tem mais

que outrxs e portanto maior poder e impunidade. Alguém acredita que se pode alcançar estas fortunas trabalhando? Ou é necessário ter “*sorte*” nos negócios? Ainda assim aceitamos este sistema em que xs governadxs sempre temos a perder.

Que elxs fiquem com seus mercados e seus números! Nenhuma pessoa precisa para viver dos complexos sistemas que inter-relacionem mercados em função de incompreensíveis fluxos econômicos e dos interesses de entidades abstratas, como são empresas e bancos. O mundo não lhes pertence só porque nos dizem que assim o é. Podemos nos organizar e ir deixando de depender de sua influência, se elxs se apoderam dos recursos com o amparo da lei, nós podemos recuperá-los pois somos nós quem os necessitamos e nada, nem mesmo a lei, justifica que falte para algumas/alguns enquanto outrxs acumulam e ordenam, a vida deve organizar-se em acordo para aquelxs que vivem e não conforme o que ditam seres inertes como *A Bolsa* ou o dinheiro. Podemos associar-nos entre nós, entre iguais, sem depender das imposições de outrxs, e isso nem a lei pode evitar.

Podemos mudar nosso modo de vida e tornar a ser seres humanos e não entes alienadxs que vivem das sobras do mercado; somos capazes de criar o que precisamos porque somos nós quem fabricamos,

qualquer trabalho que desempenhamos para o capital podemos exercê-lo em favor de nossa libertação. Do que precisamos? Precisamos de casas, comida, roupa... mas não precisamos pagá-las. Como seria possível viver sem dinheiro? Ainda que pareça uma loucura, já que nos tem feito acreditar que é indispensável para viver, não tem porque ser o que organiza nossa relação com o mundo, podemos atuar em função de nossas verdadeiras necessidades e não buscar acumular sempre mais, entrando em seu jogo. Tampouco é o dinheiro o que nos mantém sensatxs e evita que vamos nos matando como loucxs, senão ao contrário, estruturar uma sociedade de acordo com a propriedade é o que gera a competição e situações de conflito. Existem valores como a cooperação, a solidariedade e o apoio mútuo que nada tem a ver com como se rege o mundo e ainda assim podem ser os que conformem nossa vida e nossas relações, sendo todxs iguais, sendo impossível que qualquer um/a se imponha aos demais (já que xs demais lhe mandariam à merda), todxs nos ajudaríamos em vez de pisotearmo-nos para escalar na pirâmide social. Não temos porque seguir com esta dinâmica suicida de vida, consumindo os dias em ciclos impostos (trabalho-ócio-descanso), podemos criar alternativas reais a esta situação, diferentes projetos de autogestão que promovam a colaboração para que

nunca mais tenhamos que usar o dinheiro sujo nem ter que entrar em seus tenebrosos templos de mercadorias.

Não importaria que se interrompessem os mercados porque não os necessitaríamos para sobreviver já que teríamos nossos próprios recursos e seríamos nós quem os geriríamos de acordo com o que decidíssemos entre iguais, sem dirigentes, com base no maior benefício para todos em vez do benefício de quem mais tenha posses nesse momento.

DEMOCRACIAS ALTERNATIVAS

A origem da falácia

O termo “democracia” adquiriu um significado no último século, além de sua etimologia ou sua origem, que o relaciona frente a ampla base social ocidental com um sistema político moralmente positivo enquanto sistema representativo do interesse popular, e universalista enquanto sistema político que aspira ser único e comum em todo o planeta. A origem moderna de tal conceito e sua extensão a todas as formas de Estado e correntes alternativas de oposição surge após a hegemonia política, econômica e militar dos Estados Unidos, Estado cuja base ideológica apoia-se precisamente em uma revolução democrática frente ao antigo regime monárquico (a Guerra de Independência). Este sistema representativo, que junto ao Estado napoleônico configurou a estrutura política e militar dos Estados modernos, adquiriu, após a guerra civil norteamericana, um caráter econômico industrialista e liberal. Já em 1917 o presidente norteamericano Wilson se dirigiu a um congresso de vendedores de Detroit afirmando que a “democracia empresarial” estadunidense tinha que encabeçar a “luta pela conquista pacífica do mundo”.

Efetivamente, hoje em dia o sistema de valores e ideologia democrática, a estrutura estatal parlamentar e a economia industrial se encontram espalhados por todo o globo, sendo o sistema de Estado predominante em quase todos os Estados do mundo, salvo exceções em vias de serem convertidas *manu militari*.

Mas a ideologia democrática não está presente apenas por trás dos valores que sustentam os Estados; tem-se infiltrado em todo o corpo social e adquiriu valores tanto de oposição ao modelo atual, como de contraposição ou alternativa.

Após a Segunda Guerra Mundial e a vitória norteamericana que supôs o fim dos sistemas político-ideológicos europeus, o parlamentarismo liberal dos EUA e seus países aliados (ou satélites) passaram a autodenominar-se como a “Democracia” do “mundo livre”. Em contrapartida, ante esta imposição linguística que outorga esse valor moral superior ao sistema político capitalista, a centralização econômica estatal do bloco “socialista real” tutelado pela Rússia, antagonista ao bloco anterior, se atribuirá a denominação de diferentes “repúblicas democráticas”. Mesmo os Estados periféricos cujos sistemas políticos não podiam assemelhar-se nem da forma mais maquiada possível a um sistema parlamentar representativo, se

outorgam a denominação de “democracias orgânicas”.

Esta utilização demagógica do termo democracia será também adotada por pensadores reformistas e movimentos contestatários, em especial após a queda do muro de Berlim, que abandonam antigos termos, aspirações e práticas revolucionárias e que, animados pela disponibilidade de novas e rápidas ferramentas propagandísticas (popularização do rádio, o cinema e a televisão, barateamento da imprensa escrita), se lançam a conquistar a opinião pública.

A atividade de formação da consciência e o pensamento racional entre as camadas sociais excluídas, pilar básico da atividade revolucionária clássica desde o socialismo até qualquer corrente humanista de emancipação social, realizada através de ateneus, casas populares, bibliotecas, escolas livres, escolas operárias, revoluções culturais, etc., cujo objetivo era criar uma humanidade íntegra que fosse capaz de emancipar-se por si mesma e construir uma sociedade nova capaz de autogovernar-se livremente (único sentido real que poderia ter o termo “democracia”), é agora substituída por estratégias propagandísticas que buscam adesão organizativa com base em um conceito alternativo ou inovador de democracia, que não esconde outra coisa

mais que pequenas reformas do Estado de bem-estar, quando não o próprio reforço do sistema de dominação. E sempre sem deixar de lado o próprio uso da palavra “democracia”, como único aval que poderia conseguir adesão em uma sociedade midiaticizada, desculturalizada e consumista, assentada sobre o consenso de uma “classe social” cujo principal interesse será agora o bem-estar, a estabilidade e a segurança, tanto a nível econômico como psicológico.

Em todo caso, para amplos setores da população o termo “democracia” evocará sempre uma aspiração abstrata de justiça social e equidade, um *slogan* que quase sempre disfarça o direcionamento político de quem aspira governar.

Novas definições do poder

A nova esquerda parlamentar, entregue a intrigas políticas dentro legalismo para alcançar cotas de poder político, busca, igual sua posição governamental, moldar o termo “democracia” até dar com uma fórmula que melhor encaixe com o esquema mental popular do momento. Neste caso da chamada “antiglobalização” e suas receitas para reformar a democracia, como a taxa *Tobin* (pelo economista James Tobin, Universidade de Princeton,

1971), empunhada por grupos de pressão internacional como *Attac (Associação pela Taxação das Transações Financeiras e pela Ação Cidadã)* que pretendem regular as transações financeiras com intenção de deter a globalização econômica, mantendo a soberania nacional dos Estados, assim como reformar as instituições com base em uma legalidade cívica e uma democracia mais participativa que em nenhum momento questiona o sistema produtivo capitalista nem o poder estatal em si. Seus promotores, em sua maior parte reconhecidos economistas e autoridades políticas, assim como ONG's como *Oxfam (Comitê Oxford pela luta contra a Fome)*, membros do sistema jurídico e acadêmico apostam em reforçar o próprio poder estatal e tecnológico, tendo-os como técnicos gestores.

Esta tendência política que tanto deu o que falar nas cúpulas antiglobalização desde finais dos anos 1990, publicitada pelos meios de comunicação para ocultar os movimentos radicais que surgiam em torno de um anticapitalismo combativo e autônomo, ressurgiu hoje em dia entre os promotores de movimentos cidadãos como o 15M, por exemplo, através da plataforma cidadã *Democracia Real Já!* Pedem reformas eleitorais que beneficiem aos pequenos partidos políticos e propõem experimentações sociais como a “democracia

eletrônica” ou “cyberdemocracia”, segundo a qual x cidadã/o estaria permanentemente em contato com a política graças as redes sociais, tornando mais fácil sua participação nas instituições (e portanto o poder político estaria permanentemente em contato com cada cidadã/o). Os problemas sociais encontrariam solução em um maior controle social temático através de propostas de cidades “inteligentes” (*smartcities*, em seu termo de marketing) totalmente vídeo-vigiadas e com alternativas energéticas nas mãos de empresas privadas inovadoras; na aceitação da lei como moral e ética pessoal propagando o cidadanismo como ideologia; uma “democratização” da polícia que evitaria abusos físicos e garantiria a aplicação efetiva da lei; e a pacificação total dos conflitos através da mediação e delegação em um corpo de profissionais dos serviços sociais.

Outra cara da antiglobalização, ou melhor, outra proposta de democracia alternativa dentro do movimento antiglobalização, está menos relacionada com os grandes pensadores economistas e juristas e traz o aval das grandes ONG’s, associações religiosas de caridade e instituições internacionais em defesa de direitos humanos. Sua principal embaixadora é a figura da intelectual hindu e bem posicionada Vandana Shiva, proveniente do mundo acadêmico ocidental e firme defensora de uma mestiçagem

entre tecnologia, ciência e ecologismo. Esta “alternativa”, bem reconhecida pelo *stablishment* político internacional através do Prêmio Nobel e diversos prêmios das Nações Unidas, propõe sob o termo “democracia da terra” ou “democracia ecológica” (entre outros termos confusos), uma retorno à localização econômica, uma mudança de gênero a favor da mulher na direção das instituições políticas, assim como legislações integradoras multiculturais, legislações ambientais mais restritivas com a supervisão de ONG’s e soberania nacional baseada na agricultura ecológica regulamentada frente aos mercados internacionais e as corporações agroalimentares, em especial contra as propostas de agricultura transgênica por parte de empresas privadas, sem negar um valor positivo à biotecnologia em si, sempre e quando em mãos de cientistas independentes com valores altruístas. É defensora do termo “*ecofeminismo*”, criado nos anos 1970, que vê na mulher um atributo por natureza democrata e ecologista, e propõe instituições dirigidas por mulheres como garantia de democracia, antepondo-se assim ao patriarcado, motivo único, segundo estas teorias, dos males do capitalismo, um novo matriarcado, que garantiria uma gestão baseada na justiça e bem-estar social (os valores de cuidado e reprodução que associam à mulher e que o

capitalismo assumiria ao ser dirigido por esta nova classe social, hoje já em conflito de poder com a antiga ordem patriarcal da burguesia financeira tradicional).

Em todo momento defende uma “*democracia econômica*”, quer dizer, um sistema econômico de produção capitalista mas local e apoiado no pequeno produtor e na cooperativa, assim como o fortalecimento de uma instituição supranacional encarregada de zelar pela legislação democrática e garantir assim a paz e estabilidade mundial, propondo que a ONU desenvolva seus mecanismos de controle e não seja limitada pelo veto de países dominantes.

Esta corrente ganha força nos Fóruns Sociais Mundiais, atraindo grande parte da esquerda extraparlamentar, as associações e ONG’s ambientalistas e assistencialistas para setores do pequeno campesinato – proprietário ou cooperativista – e para setores do âmbito acadêmico e da assistência social dependente dos subsídios e em contraste conflitante com os Estados pela gestão de tais fundos.

Por outra parte, desde setores que ostentam o poder político surgem novas propostas socialdemocratas. As alternativas para alcançar uma autêntica democracia, todavia não alcançada (se

encontram obviamente dentro da ideologia progressista e desenvolvimentista), viriam também novos modelos socioeconômicos capitalistas.

Este sistema que tem sido definido como “sistema misto”, assimila certa parte da teoria econômica marxista e a prática do socialismo real da União Soviética mesclado com a ideologia liberal capitalista. Esta tendência, denominada “terceira via” já desde os anos 1950, ou na Espanha desde o XXXV *Congresso Federal do PSOE* como “nova via”, é defendida por altas esferas políticas e econômicas, e entre seus principais divulgadores tem estado chefes de Estado como Tony Blair (RU), Bill Clinton (EUA), Lula da Silva (Brasil), Michele Bachelet (Chile), Gerhard Schröder (Alemanha), Zapatero (Espanha)... Com sua proposta de progredir para um mercado sem limites, desregulado, livre e descentralizado, amparado por políticas de Estado planejadas e centralizadas, defendem que os Estados poderiam garantir realmente o bem-estar social, pois chegaria o momento em que a riqueza (seu conceito de riqueza quer dizer a comodidade e a capacidade de consumo) transbordaria alcançando todas as camadas sociais. Sua proposta alternativa ao modelo atual, baseia-se no que o sistema econômico está globalizado e escapa do controle dos Estados, sendo esta a causa das desigualdades sociais. São firmes defensores de

instituições supranacionais como o Estado Central Europeu e dos investimentos de fundos públicos em mega-infraestruturas desenvolvimentistas, hoje deficitárias, como as linhas de alta velocidade europeias, os planos de investimento em energias sustentáveis do *protocolo de Kyoto*, os programas de pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico, etc. Seu maior oponente na reorganização (crise) da ordem político-econômica é a proposta neoconservadora da nova direita, a “democracia liberal”, na boca de propagandistas como Pío Moa, *Intereconomia* e os *think tanks* (empresas privadas de estudo econômico que atuam como grupos de pressão frente ao governo e a classe empresarial) como a *FAES* de Aznar. Defendem um capitalismo sem limites restritivos em mãos exclusivamente privadas, sem a limitação dos Estados, com base em uma “verdadeira” liberdade dxs cidadãos/os seguindo o conceito darwinista social do valor do mais forte. Seguem postulados de economistas ideológicos como Milton Friedman, sendo a empresa e a família os pilares de bem-estar moral e social, e o livre mercado a garantia de progresso econômico das sociedades.

A extrema direita fascista, hoje residual mas latente, também enfeita-se com o termo “democracia”, criando novas formações políticas como Democracia Nacional, ou como seu herdeiro

em relação ao programa e estratégia: a enganosa estratégia populista de apresentar-se como alternativa democrática ao bipartidarismo que inaugurou o *Tea Party*, e que no Estado espanhol adota o partido *Unión, Progreso y Democracia* de Rosa Díez, escorrendo muitas vezes entre os movimentos sociais.

A proposta extraparlamentar

Obviamente nem todas as alternativas à democracia atual que utilizam o próprio termo “democracia” vem de setores que propõem uma reforma capitalista. Também setores da esquerda intelectual adotam este termo para tornar seus programas mais digestível, em essência marxistas. Aparecem assim conceitos como “democracia participativa”, “democracia social”, “socialismo do século XXI”, etc.

No âmbito anarquista ou filoanarquista, também surgiu interesse em utilizar o termo “democracia” buscando aproximar um novo discurso libertário de amplos setores sociais desculturalizados. O conceito de “democracia direta” foi repensado em especial por Murray Bookchin lá nos anos 1960, recuperando tanto a tradição comunal popular dos conselhos ou municípios tradicionais, como os postulados do

anarquismo clássico (século XIX) na pena de autores como Proudhon ou Bakunin, de referentes da resistência civil e da não-violência como Thoreau e integrando-os nas novas propostas políticas institucionais participativas. Bookchin define seu modelo como “municipalismo libertário”, e foi desenvolvido dentro da corrente que surgiu também nessa época que se denomina como “ecologia social”: uma ideologia comunalista que provém do anarquismo e do ecologismo e que define o modelo social natural do ser humano como o da comunidade integrada no meio natural, já que a natureza seria uma ordem natural descentralizada e em redes, autorregulada e isenta de autoridade.

O municipalismo libertário como teoria política relativa ao período da revolução cultural e existencial dos anos 1970 (*hippies, beatniks, neoruralismo, insubmissão, etc.*) tenta contribuir com o movimento anarquista e/ou libertário uma nova visão frente ao anarquismo e marxismo clássicos, já que afirma que não só é o âmbito do trabalho ou da luta de classes o motor da revolução, senão a própria cotidianidade e a vida social e cultural, afirmando que a gestão da economia não só é questão dos sindicatos e associações de trabalhadores, senão de toda a comunidade (autogestão).

O modelo proposto por Bookchin seria posto em prática desde este preciso momento (não leva em conta as ofensivas repressivas dos Estados já que é um movimento que se desenvolve em plena era do Estado de Direito) em forma de comunidades ou comunas que mediante o consenso na assembleia, “*democracia direta*”, tomariam as decisões não só do plano econômico, senão também do político, cultural, gestão dos conflitos, produção, serviços, etc. As diferentes comunidades ou municípios se federariam entre si em uma confederação e chegariam a formar um poder paralelo ao próprio Estado que desembocaria irremediavelmente, segundo estas teorias, em uma ruptura entre o Estado-nação e os povos, sem necessidade de nenhum enfrentamento. O modelo assume uma função educativa para o resto da população, e o momento da ruptura revolucionária o estabelece uma vez que grandes setores sociais estejam organizados desta forma, constituindo a forma de autogestão popular de fato e ficando o Estado-nação reduzido a sua mínima expressão, desaparecendo finalmente. Essa teoria, sem negar sua contribuição teórico-prática, em sua origem pacifista e ambígua enquanto proposta de impacto social para além do pedagógico, é assumida também por setores atuais da esquerda que participam na política oficial, em especial desde as

eleições municipais e locais, estando no ideário de alguns partidos verdes e no auge do cooperativismo nos últimos anos, inclusive aceitando subsídios econômicos por parte do Estado e defendendo propostas tecnológicas desenvolvimentistas.

O próprio Bookchin com o passar dos anos acabou distanciando-se das correntes anarquistas e definindo-se como comunalista, deixando de lado a problemática do enfrentamento com o Estado e mantendo duras discussões ideológicas com setores individualistas e revolucionários.

Paralelismos históricos e anseios autodeterminacionistas

O termo “democracia direta” é associado por muitos acadêmicos a formas tradicionais de autogestão ou de decisões comunitárias, em alguns casos utilizando a votação por mãos levantadas (a “ditadura da maioria”) e em outros buscando o consenso. Com origem na ágora ateniense, ou assembleia de homens não-escravos que tomava as decisões sobre as questões das *polis* gregas (a “política”), na Europa medieval se encontram muitos exemplos que tem permanecido vivos até hoje, apesar dos ataques por parte das diferentes coroas.

Em Castela ainda existe em alguns municípios o Conselho Aberto ou assembleia de vizinhxs onde se tomam as decisões a modo de pleno ajuntamento, na qual podem participar todxs xs habitantes censadxs e gerir os terrenos comunais, os orçamentos e trabalhos coletivos (“domésticos”), se bem que atualmente este modelo encontra-se totalmente limitado a alguns municípios de menos de 100 habitantes e subjugado à legislação regional. No País Basco estes conselhos se chamaram Batzarre (Juntas).

Na Suíça, durante o século XIX, houve um especial interesse em recuperar estes modelos da tradição medieval, e se aplicaram em forma de referendos ao parlamento e à própria constituição, sendo desde então a participação na vida pública suíça algo popular. No entanto, hoje em dia a democracia direta só se mantém em dois cantões suíços, nos quais se reúnem as pessoas na praça ou no campo uma vez ao ano para decidir orçamentos, e aprovar leis e reformas constitucionais. Na Islândia o *Althing* ou “*Assembleia de Homens Livres*” criada no século X tem permeado até os dias de hoje fortalecendo o sentimento comunitário, possibilitando a convulsão política e social vivida nos últimos anos na ilha.

No norte da África se mantêm modelos tribais que são denominados por analistas políticos como

democracias diretas e que estão todavia vivas em regiões como a Cabília argelina.

Os *aarsh* (comunidades soberanas), autogeridas através das *thaymaath* (assembleias populares) se organizam entre si nas chamadas “*coordenações*” e seguem sendo a base organizativa das contínuas insurreições por motivações sociais contra o Estado (em especial a insurreição de 2001 e 2004 ou *Primavera Negra*). No mundo árabe se conhece esse modelo como a *yemaa* ou assembleia.

Na Líbia, desde 1977, recuperaram em teoria como forma oficial de governo, sob o nome da *Yamahiriya*, baseada nos chamados “*congressos populares de base*”, se bem que na prática o poder estatal estava nas mãos do poder militar, cuja cabeça era Muamar el Gadafi.

No restante da África se tem denominado muitas vezes “*democracia direta tradicional*” aos *Conselhos de Povoado* compostos por chefes familiares (na Guiné Equatorial tem sido oficializados desde 1981 e não se permite a eleição de seus membros por parte da comunidade; sobre eles se apoia o poder repressivo estatal). Curiosamente em 1981 o primeiro prefeito negro da França, Kofi Yamgnane, de Togo, importou este sistema à pequena cidade bretã de San Coultiz, chamando-o Conselho de Sábios no intuito de revitalizar o que ele

entendia como “*democracia participativa*”. Yamgnane acabaria sendo Secretário de Estado francês.

O conceito de democracia direta é também defendido e levado à prática por movimentos revolucionários armados de países periféricos em relação ao ocidente, que tem sofrido uma evolução das organizações desde o marxismo-leninismo ou maoísmo dos anos 1970 às posturas autônomas e assemblearias dos anos 1990 e 2000. Recuperando formas assemblearias de sua tradição cultural, existentes em todo o mundo tal como os exemplos citados da Europa e norte da África, seus teóricos tem adicionado o conceito ocidental de “democracia” com finalidade de despertar simpatias no plano internacional, assim como reconhecimento institucional das organizações nas que se apoiam.

Para além dos programas de suas organizações e lideranças, que em muitos casos perpetuam certas formas de Poder, grandes setores da população mundial se encontram praticando formas de autogestão assemblearia e sistemas econômicos comunais, na maior parte dos casos em meio a um conflito armado de séculos de duração.

Abdullah Ocallan, líder do *Partido dos Trabalhadores do Curdistão*, em uma proclamação em 2005, assume para todo o movimento curdo o

conceito de democracia direta inspirado no municipalismo libertário e na ecologia social. Abdullah Ocalan denominou o seu modelo “*confederalismo democrático*” para ressaltar diferenças com Bookchin. Sua proposta pretende:

não entrar em conflito com os limites territoriais dos Estados-nação nem com as diferenças étnicas e religiosas, e garante assim um modelo de paz e igualdade social no Oriente Médio, apoiando tal organização social em estruturas parciais autônomas, como os conselhos de jovens, de mulheres, a diáspora ou emigração, conselhos territoriais, etc. que iriam assumindo as tarefas sociais, culturais e políticas rompendo a dependência dos Estados. A organização geral se denomina *Confederação de Povos do Curdistão*, e conta com uma organização militar guerrilheira própria.

No México, desde a insurreição armada de 1994, o *EZLN (Exército Zapatista de Libertação Nacional)* abriu caminho para a criação de estruturas civis assembleárias denominadas primeiramente *Aguascalientes*, para depois chamar-se *Caracóis* e *Juntas do Bom Governo*. Teóricos e porta-vozes zapatistas asseguram que lutam por “*democracia e liberdade*” através de um modelo de igualdade e

equidade não só para suas comunidades, senão também para todo o território nacional e como exemplo para todo o mundo e o universo (a *Intergaláctica*), na qual os partidos políticos ficam à margem e xs representantes temporais eleitos pela assembleia atuam sob o conceito de “mandar obedecendo”.

Utilizando o termo de “*democracia direta*” e “*democracia comunitária*”, asseguram tomar um conceito que já existia antes em sua cosmovisão: “*outra palavra veio de longe para nomear este governo, e esta palavra nomeou ‘democracia’ este caminho nosso que andava desde antes de caminharem as palavras*” (extraído de um comunicado do EZLN).

Conclusão

Como podemos observar o termo “*democracia*”, tem muitos diferentes significados dependendo de que lugar ou setor social provenha. Talvez seja um termo tão amplo e subjetivo que não se pode apologizar de forma abstrata, nem menosprezar categoricamente (pois por trás de muitas reivindicações e conflitos amparados, atrás da palavra se pode esconder a dignidade de lutar contra a injustiça e em favor da liberdade); e é claro que deve

ser sempre analisada criticamente pois na maioria dos casos se trata da máscara que utiliza o Poder, ou alguma forma de Poder, para perpetuar-se.

E em todo caso não se deve ter nenhum escrúpulo moral em desmascará-lo, ataca-lo, destruí-lo e deixar o campo aberto a novas definições, que sempre, como tais, estarão por trás dos atos e realidades de autogestão dos povos e aspirações dos indivíduos.

ALTERNATIVAS À DEMOCRACIA

Os seres humanos como animais gregários que somos, necessitamos de outros para viver, um lugar onde alimentar-se, refugiar-se do frio e formar-se interiormente, já que esta é uma característica inerente a nossa espécie: a consciência.

Como anarquistas muitas vezes escutamos a pergunta de como organizaríamos uma sociedade sem lideranças políticas nem instituições estatais. Frente a isto não se pode responder de uma forma acabada, já que a própria ideia de organizar uma sociedade é algo contrário ao ideal anarquista.

Quer dizer, o anarquismo mais que uma doutrina política é uma forma de atuar baseada em três pontos básicos: a liberdade, o respeito e a responsabilidade. Não tememos a liberdade dos demais, não acreditamos que “o homem seja um lobo para o homem” como dizia Hobbes, nem que a competição faça avançar a “humanidade” fazendo que cada um/a dê o melhor de si mesmox. Pensamos simplesmente que as pessoas em igualdade de condições são capazes de organizar-se sem a mediação nem direção de ninguém. Esta ideia não significa para qualquer efeito que todxs sejamos iguais, adoramos as diferenças, e de fato não existem dois seres iguais em todo o universo. Não queremos

homogeneizar nada, nem impor a ninguém como deve ser sua vida, simplesmente tampouco queremos que ninguém imponha como deve ser as nossas.

Existem diversos modelos organizativos ao longo da história, assim como experiências históricas que podiam refletir bem a ideia³; ainda que lamentavelmente o império do dinheiro cada vez deixa menos espaço para qualquer forma de vida que não se adapte aos seus critérios, sendo capaz de submeter, regular ou mesmo modificar geneticamente (mutar) tudo o que não se adapta a esta vórtice destrutiva escondida por trás da palavra progresso.

Um exemplo próximo que se dava em muitos pontos de nossa geografia seria o conselho aberto, ou as formas de trabalho comunitário que serviam em muitos de nossos povoados para recolher as colheitas, partilhar os pastos ou limpar caminhos e valas; nos que o bem comum prevalece, existindo relações de horizontalidade e camaradagem, sujeitas a normas que as próprias pessoas implicadas combinam para o bom funcionamento do trabalho.

Evidentemente não acreditamos que não possam dar-se problemas nestas relações, mas os mecanismos para resolvê-los tem de ser coerentes

³ 'A Ideia' é a forma que xs anarquistas se referem historicamente aos seus princípios éticos.

com a forma de pensar. Odiamos a justiça burguesa, onde uma série de profissionais acomodadxs se dedicam a julgar ao resto da sociedade com base em uns códigos que elxs mesmxxs criam para defender seus interesses.

A resolução de conflitos deve ser parte essencial das próprias relações humanas, sem delegar esta responsabilidade a ninguém externo ao conflito. As condições criadas atualmente tem degenerado as relações entre as pessoas, fazendo competir entre nós, infantilizando-nos, alienando-nos. Enfim, a escravidão nunca foi fácil, mas é necessário eliminar todas as causas desta, tanto físicas como mentais.

A justiça social é um pilar básico para a manutenção de relações saudáveis entre indivíduos, onde não exista nem exploradorxs nem exploradxs, nenhum benefício obtido às custas de outrxs. Hoje em dia as classes privilegiadas nos dizem que temos que manter o modo de vida criado pois é o melhor dos mundos possíveis, ignorando, provavelmente de propósito, como se constrói esse suposto bem-estar e as consequências que isto traz para o planeta e os grupos humanos: o espólio sistemático das matérias-primas, a alteração irreversível de paisagens, a contaminação de água, terra e ar, as enormes massas de migrantes, submetidxs, mortxxs, que deixam para trás de si este “bem-estar” tão alardeado pelas

classes dominantes, sustentado pela guerra e pelo roubo, justificado por uma moral superior que indica o que é o bem e o que está a caminho de converter-se em bem, pois o restante se elimina diretamente.

A forma de trabalhar entre pessoas livres, quer dizer, com capacidade para decidir por elas mesmas, tem como base o próprio indivíduo. Cada pessoa é livre para fazer o que lhe agrada enquanto isto não prejudique outras pessoas. Depois estão as relações com seu grupo, ou grupos, baseadas em interesses comuns. Segundo a necessidade de cada um/a ou o tamanho do trabalho, estes grupos podem coordenar-se com outros para suprir suas necessidades (trocar produtos, fazer feiras, trabalhos, experiências...) e desta forma manter sempre os princípios de liberdade individual e coletiva.

Tentaremos definir um pouco mais por seções:

Economia: Podemos entender economia como a gestão dos recursos para satisfazer necessidades. Pode ocorrer milhares interpretações, tantas quanto pessoas associadas, somente expor várias ideias. Por um lado a abolição da propriedade privada, pois este é o princípio da desigualdade: “De cada qual segundo sua capacidade e a cada qual segundo sua necessidade”, “Tudo de todxs”. Estas frases hoje em

dia, em um mundo que valoriza mais o que se tem ao que se é, podem parecer enteléguias. No entanto, a solidariedade e o respeito entre as pessoas é a melhor garantia de uma partilha justa, como a maioria de nós comprovamos em nossas relações de amizade.

Também é interessante tratar o tema do valor da mercadoria, abolir o conceito de benefício econômico, e que as coisas comesçassem a ter valor por si. A disposição de esforços comuns e produtos destes esforços sem pretender a acumulação em proveito de possível especulação futura.

Quer dizer, se um grupo de pessoas tem maçãs, outro grupo tem melões e outro coleta cogumelos, mais que o conceito de troca seria interessante o de disposição em comum: cada grupo põe encima da mesa o que traz e recolhe o que necessita. Por último seria desejável o maior grau possível de autossuficiência para evitar cair no desperdício energético, o deslocamento, enfim, a responsabilidade para com o restante dos seres deste planeta. Tudo isso se engloba dentro da palavra **AUTOGESTÃO**⁴.

⁴ Recomendamos as leituras sobre a revolução espanhola em 1936 com suas experiências coletivistas por todo o país, ou a revolução makhnovista, que criou comunas livres na Ucrânia – reprimidas a sangue e fogo pelos bolcheviques.

De todas as formas sobre teorias econômicas baseadas na cooperação e na responsabilidade existem muitos e muitos escritos interessantes⁵ ao que não nos estenderemos mais.

A justiça: Nem prisões, nem polícias nem juízes, cada problema que surgir resolveremos entre nós, sem delegação. Cada situação e cada pessoa é única ao que não podemos criar um direito universal, nem o pretendemos. Os valores universais burgueses são uma falácia, os Estados infantilizam seus cidadãos apresentando-se entre elxs como o pai punidor das más condutas, perpetuando desta forma seu modelo social. Nas comunidades onde não exista Estado será tarefa de seus membros decidir como resolver cada situação tentando sempre buscar o acordo e a justiça entendida em seu verdadeiro sentido, buscando a solução do conflito não a vingança, nem a propagação do medo.

Defesa: Por não acreditarmos na nações nem nas fronteiras não vemos sentido para que existam exércitos que as defendam ou ataquem, pelo que o desaparecimento destas aberrações históricas é imprescindível para a liberdade sobre a terra. Isto não

⁵ Textos sobre economia autogerida em *Ekintza Zuzena* <alabarricadas.org>.

quer dizer que vá desaparecer a violência do mundo com a abolição do binômio Estado-Capital, mas sim o tipo de violência que geram os Estados em seu afã em dominar, impor e roubar aos outros. A defesa das comunidades livres deve ser responsabilidades outra vez de seus membros, sendo sempre necessárias quando existam ameaças reais, não perpetuando a figura do guerreiro como especialista, evitando o sadismo e a humilhação. Novamente as experiências históricas nos demonstram a necessidade de estarmos preparados para enfrentar a um inimigo indesejável.

Consciência, espiritualidade ...

A revolução começa em si mesma, ao que é necessário tentar manter nossa cabeça sempre alerta, e à altura de nossos objetivos. Quer dizer, se queremos viver em um mundo onde poderemos nos desenvolver em liberdade, devemos ser consequentes. Não podemos atuar de forma autoritária com os demais, é preciso evitar condutas que reproduzam tudo aquilo contra o que lutamos.

A importância de tentar melhorarmos todos os dias, nos desfazer de valores tão enraizados na sociedade como o egocentrismo, o consumismo, a onipotência do pensamento racional, a adoração à

ciência como verdade absoluta, a submissão ao império da tecnologia e as relações cibernéticas, são realidades que teremos que afrontar. Tentar restabelecer relações mais simples entre nós e ao nosso redor, já que é óbvio que no atual estado de dominação em que vivemos, a absoluta dependência energética de quase todas nossas ações nos converte em escravos-benfeitores do saque ao planeta em nome do progresso humano.

